



Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC
Centro Sócio Econômico
Departamento de Ciências Econômicas

JEDIAEL EMANOEL PEREIRA DA SILVA

A Prevenção da Violência e Criminalidade entre os Jovens no Brasil:
Causas, Fatores, Experiências de Sucesso e Alternativas

Florianópolis, 2011

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO SÓCIO-ECONÔMICO
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
CURSO DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS**

**A PREVENÇÃO DA VIOLÊNCIA E CRIMINALIDADE NO BRASIL:
CAUSAS, FATORES, EXPERIÊNCIAS DE SUCESSO E ALTERNATIVAS**

Monografia submetida ao Departamento de Ciências
Econômicas para obtenção de carga horária na
disciplina CNM 5420 – Monografia.

Por: Jediael Emanuel Pereira da Silva

Orientador: Prof. Dr. Francisco Gelinski Neto

Florianópolis, 2011

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO SÓCIO-ECONÔMICO
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
CURSO DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS**

A Banca Examinadora resolveu atribuir **Nota 9** ao aluno Jediael Emanuel Pereira da Silva na Disciplina CNM 5420 – Monografia, pela apresentação deste trabalho.

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Francisco Gelinski Neto
Orientador

Carmen Gelinski
Membro

Luiz Carlos de Carvalho Júnior

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus por ter me dado força e saúde para a elaboração deste trabalho.

A minha família que me deu todo o apoio e compreensão.

Ao meu orientador, Prof.º Dr. Francisco Gelinski Neto, por me ajudar muito nesta última etapa do curso.

A todos os meus colegas e professores de curso pelo tempo que passamos juntos.

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo analisar as causas da criminalidade no Brasil e as possíveis alternativas para a prevenção do crime e amenização do crescimento do mesmo entre os jovens. Considerando que a criminalidade no Brasil principalmente entre os jovens entre 14 a 30 anos se mantém em números muito elevados quando comparados com outros países, este trabalho busca apresentar experiências exitosas quanto ao combate do crime, tendo como principal experiência o caso da cidade de Bogotá, capital da Colômbia, que nos últimos 20 anos vivenciou uma grande mudança na forma de combater o crime, dando prioridade à prevenção deste. Para tanto, buscou-se informações fundamentadas em trabalhos realizados por especialistas no assunto, tais como Waiselfisz (2011) e Moura (2010), que tiveram grande importância para a elaboração desta monografia. Além disso, foi de grande importância, também, verificar os artigos elaborados pelo governo de Bogotá, de onde se podem extrair ideias para a prevenção do crime. Por fim, o trabalho destaca a necessidade de novas políticas para diminuir o nível de criminalidade no Brasil. É de grande importância, então, analisar os fatores geradores do crime e alternativas que se tem para combatê-los para que se possa escrever uma nova história para muitos dos nossos jovens.

SUMÁRIO

LISTA DE SIGLAS	7
LISTA DE GRÁFICOS.....	8
LISTA DE TABELAS	9
LISTA DE FIGURAS	10
1. INTRODUÇÃO.....	11
1.1. Objetivos	13
1.1.1. Objetivo Geral	13
1.1.2. Objetivos Específicos	13
1.2. Justificativa.....	13
1.3. Metodologia.....	19
1.3.1. Detalhamento dos objetivos específicos.....	20
2. VIOLÊNCIA E CRIMINALIDADE - CONCEITOS.....	21
2.1. Violência e criminalidade.....	21
2.2. Modelos ou recomendações para prevenção e repressão à violência e criminalidade.....	23
3. EVOLUÇÃO HISTÓRICA DOS HOMICÍDIOS NO BRASIL.....	26
3.1. Evolução das taxas de homicídios por estado brasileiro – população total.....	26
3.2. Evolução das taxas de homicídios por estados brasileiros – jovens.....	27
3.3. Evolução das taxas de homicídios nas capitais – população total.....	29
3.4. Evolução das taxas de homicídios nas capitais – jovens.....	31
4. FATORES INFLUENCIADORES DA CRIMINALIDADE	34
4.1. Influência da educação na criminalidade	34
4.2. O Fator Idade.....	39
4.3. A renda como influenciador e como fator influenciado da criminalidade	44
4.4. As drogas e o crime	46
5. EXPERIÊNCIAS E ALTERNATIVAS.....	48
5.1. O caso da Colômbia	48
5.2. Experiências brasileiras	57
5.2.1. Operação Bares.....	58
5.2.2. Projetos sociais em Santa Catarina.....	62
6. CONCLUSÃO.....	67
REFERÊNCIAS	70

LISTA DE SIGLAS

AIH – Autorização para Internação Hospitalar

ECA - Estatuto da Criança e do Adolescente

FGV - Fundação Getúlio Vargas

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

ILANUD - Instituto das Nações Unidas para a Prevenção do Delito e Tratamento do Delinquente

IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

LDB - Lei das Diretrizes e Bases da Educação

LOAS - Lei Orgânica da Assistência Social

NEV – Núcleo de Estudos da Violência – USP

OIT – Organização Internacional do Trabalho

OMS - Organização Mundial da Saúde

SAEB - Sistema de Avaliação do Ensino Básico

SEDH - Secretaria Especial dos Direitos Humanos

SIA – Serviço de Internação Ambulatorial

SIH – Serviço de Internação Hospitalar

SIM - Sistema de Informações sobre Mortalidade

SUIVD - Sistema Unificado de Informação de Violência e Delinquência

SUS - Sistema Único de Saúde

UNESCO – United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Gastos na função Segurança Pública. Brasil, 2003-2009. (em reais)	14
Gráfico 2 - Distribuição das despesas realizadas por Subfunções em Segurança Pública	15
Gráfico 3 - Taxa de homicídios (em 100 Mil) por população total de SC, SP e Brasil. 1998/2008	26
Gráfico 4 - Taxa de homicídios (em 100 Mil) por população de 15 a 24 anos em SC, SP e Brasil. 1998/2008	29
Gráfico 5 - Taxa de homicídios (em 100 Mil) na população total de Florianópolis, São Paulo. Brasil, 1998/2008	31
Gráfico 6 - Taxa de homicídios (em 100 Mil) na população de 15 a 24 anos de Florianópolis e São Paulo. Brasil, 1998/2008.....	33
Gráfico 7 – Taxas de homicídios por idade simples e escolaridade - Homens	35
Gráfico 8 - Número de homicídios por idade. Brasil, 2008	40
Gráfico 9 - Índice de Vitimização Juvenil (15 a 24 anos). Brasil, 1998/2008	43
Gráfico 10 - Comportamento dos Homicídios Comuns na Colômbia (comparativo entre as capitais mais importantes). Colômbia, 1992-2004.	50
Gráfico 11 – Homicídios dolosos no município de São Paulo de 1999 a 2010. Taxas trimestrais por 100 mil habitantes	61

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Orçamento do sistema público de saúde e remuneração por serviços produzidos. Brasil, 2000-2003	16
Tabela 2 - Internações Hospitalares do SUS. Brasil, 1998-2004	17
Tabela 3 - Internações por tipo de causa externa. Brasil. 1998-2004.....	18
Tabela 5 - Tipos de Crimes.....	23
Tabela 6 - Taxas de homicídios (em 100 Mil) na população total por UF. Brasil, 1998/2008	27
Tabela 7 - Taxa de homicídios (em 100 Mil) na população de 15 a 24 anos por UF. Brasil, 1998/2008	28
Tabela 8 - Taxa de homicídios (em 100 Mil) na população total das capitais. Brasil, 1998/2008	30
Tabela 9 - Taxa de homicídios (em 100 Mil) da população de 15 a 24 anos das capitais. Brasil, 1998/2008	32
Tabela 10 - Taxas de Homicídio Jovem (15 a 24 anos), Não Jovem e Índice de Vitimização Juvenil por Homicídio. Brasil, 2008.....	43

LISTA DE FIGURAS

Figura 1- Fluxo da prevenção e tratamento das vítimas de violência no sistema de saúde..... 16

Figura 2 - Instituições que apoiam e ajudam o Instituto Pe Vilson Groh **Error! Bookmark not defined.**

1. INTRODUÇÃO

Segundo Waiselfisz (2011), no ano de 2008, aconteceram mais de 50 mil homicídios, mesmo depois das políticas de desarmamento e outras iniciativas do Estado a fim de diminuir o nível de homicídios no país. Isso representa 137 vítimas diárias, número maior que um massacre de Carandiru a cada dia do ano. Entre 1998 e 2008, morreram, no Brasil, exatamente 521.822 mil pessoas vítimas de homicídio, quantitativo que excede, largamente, o número de mortes na maioria dos conflitos armados registrados no mundo. A taxa de homicídios por 100 mil habitantes no Brasil foi de 26,4 em 2008. Se comparado com outros países, principalmente europeus, essa taxa mostra-se muito além das expectativas, já que em outros países, como por exemplo, o Reino Unido, em 2007, teve registro de taxa de apenas 0,4 homicídios a cada 100 mil habitantes.

As elevadas taxas ou ainda a sua elevação é um problema para as localidades onde isto ocorre, pois podem determinar espiral decrescente nos indicadores econômicos e sociais daquela localidade que acabam por intensificar crimes em geral.

Considerando que a violência e a criminalidade envolvem problemas sociais, culturais, demográficos e econômicos, este trabalho visa explorar as causas para o crime, tendo em vista estes fatores e apresentar alternativas para a sua prevenção. Neste sentido levantam-se algumas questões para identificar a origem do problema violência e criminalidade:

- Existe relação entre a taxa de homicídios e a renda da população?
- Nas áreas onde há maior concentração de renda, necessariamente as taxas de homicídios são as mais elevadas?
- Qual a relação entre as taxas de homicídios e o uso de armas de fogo?
- Áreas que possuem um maior efetivo policial exercem influência nas taxas de homicídios?
- Qual a relação entre a criminalidade e o nível educacional?
- Até que ponto o consumo de bebidas alcoólicas influenciam nos atos criminosos?
- A idade influencia? Ou seja, será que a população mais jovem está mais envolvida com a criminalidade? Até que ponto?
- Até que ponto as drogas influenciam na prática de um crime?

- Projetos do governo, como por exemplo, o bolsa-família, ajudam a diminuir a criminalidade?

Os autores Monteiro (2009), Alves (2007), Waiselfisz (2011), entre outros, tratam destas questões. Esta monografia utilizará algumas conclusões já consolidadas destes e de outros autores.

Segundo Waiselfisz (2011), as políticas desenvolvidas pelo governo brasileiro a partir de 2003 conseguiram estancar o número de homicídios que vinham crescendo desde 1980. Entretanto, os índices ainda continuam muito altos se comparados com outros países do mundo. Além disso, se percebe que o decréscimo ou, pelo menos, o estancamento da quantidade de homicídios na última década deve-se, em grande parte, ao fato de o Estado de São Paulo ter tido uma queda substancial em seus números de violência homicida. A taxa de homicídio do Brasil é observada através de uma média de todos os estados. Sendo assim, se São Paulo teve uma queda da taxa de homicídios muito superior aos demais, os dados, em nível nacional, também vão diminuir. Mas isso não significa que houve um decréscimo real do nível de homicídios no Brasil inteiro.

Outro fator que preocupa, segundo Waiselfisz (2011), é que esse tipo de violência continua a ter como principal ator e vítima a juventude. É nessa faixa etária (14 – 30 anos),¹ que duas em cada três mortes se originam de violência, seja ela homicídio, suicídio ou acidente de transporte.

A quantidade de jovens que aderem ao crime é algo muito preocupante e, além disso, ver-se-á ao longo deste trabalho que as taxas de homicídios dos jovens, principalmente, tem aumentado, o que deixa a sociedade em geral preocupada com a situação.

Portanto, as questões centrais nesta monografia são: 1) Quais as causas e indicadores de violência e criminalidade especialmente entre os jovens do Brasil? 2) Quais políticas e/ou ações de sucesso no combate à violência e criminalidade foram utilizados por outros países? 3) Que alternativas de combate à violência e criminalidade poderiam ser utilizadas para o Brasil?

¹ Está sendo considerada esta faixa etária por abranger o período que é mais adotado pelos autores analisados. Entretanto, não há um consenso quanto à faixa etária da juventude. Órgãos como o IBGE, por exemplo, consideram a idade de 15 a 24 anos para delimitar a faixa etária da juventude.

1.1. Objetivos

1.1.1. Objetivo Geral

Identificar as causas da criminalidade no Brasil e elencar alternativas para uma possível redução da violência e criminalidade, entre os jovens, a partir da análise de exemplos de outros lugares que já obtiveram sucesso ou estão obtendo sucesso nessa área.

1.1.2. Objetivos Específicos

- 1) Verificar o crescimento da criminalidade no Brasil e explicar as possíveis causas que levam uma pessoa a cometer um crime.
- 2) Descrever a experiência de programas voltados à prevenção do crime na Colômbia e na cidade de São Paulo e descrever as experiências e/ou projetos em Santa Catarina.
- 3) Elencar alternativas para a prevenção da violência e criminalidade em Santa Catarina e no Brasil.

1.2. Justificativa

Após a década de 1980, observou-se no Brasil um crescimento demasiado da criminalidade o que fez com que estudiosos procurassem apresentar as causas desses crimes e as possíveis alternativas para a solução desse problema.

A ampliação do conhecimento das causas e possível prevenção ao crescimento da violência e criminalidade é a justificativa para este trabalho. Durante os últimos 20 anos, a criminalidade tem crescido muito no Brasil e isso afeta tanto a área econômica quanto a área social. A criminalidade tem o poder de mudar o equilíbrio demográfico de uma determinada região, mudar os hábitos das pessoas e outras consequências prejudiciais à sociedade.

Neste sentido, Soares (2007) e Carvalho (2006) apresentam quatro argumentos que dão uma dimensão geral do problema:

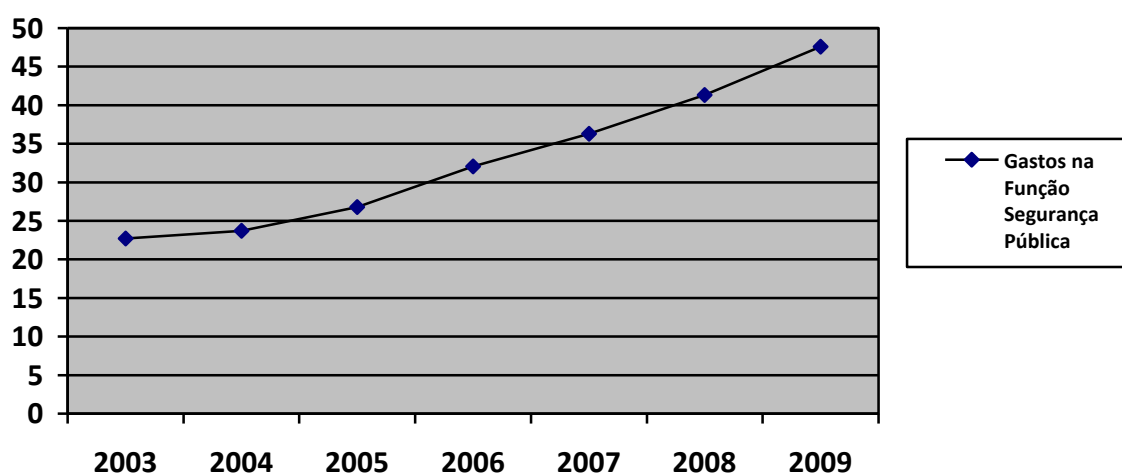
i. À medida que o crime vai aumentando numa determinada região, a atratividade deste local diminui. Um exemplo disso é o México, que por conta do alto índice de pessoas envolvidas com o narcotráfico, deixa transparecer insegurança para várias empresas que tem por objetivo instalar fábricas no país. Com medo de colocar seus funcionários num local considerado arriscado, essas empresas, como a Electrolux, por exemplo, escolhem outros locais para fazer os investimentos. Esse processo gera um aumento de desemprego na região afetada pelo crime e se não forem tomadas medidas para aumentar a segurança pública, pode gerar grandes problemas sociais e econômicos.

ii. À medida que se combate a criminalidade na sua raiz, ou seja, priorizando a prevenção, futuramente irão diminuir os gastos com mecanismos para combater o crime, como a construção de presídios.

Segundo Lima *et al* (2010), entre 2003 e 2009, houve um aumento de mais de 100% no total de despesas efetuadas na segurança pública. Em 2003 o governo gastou em torno de R\$ 22,5 bilhões com segurança pública e em 2009, a despesa foi de aproximadamente R\$ 47,6 bilhões.

Além disso, ainda segundo Lima *et al* (2010), em 2008, do total de arrecadação tributária - R\$ 485 bilhões - foram gastos em torno de 8,51% com segurança pública. O gráfico 1 mostra a evolução destes gastos.

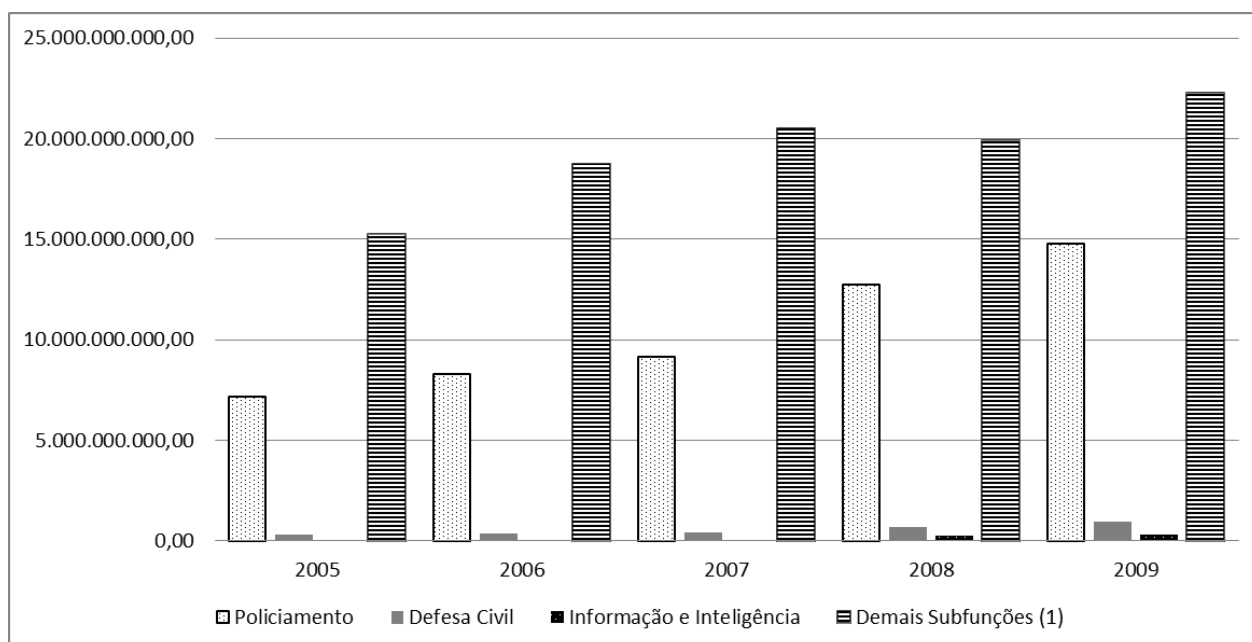
Gráfico 1 Gastos na função Segurança Pública. Brasil, 2003-2009. (em bilhões de reais)



Fonte: Fórum Brasileiro de Segurança Pública (2011)
Elaboração do autor com base em Lima (2010)

O gráfico 2 mostra os gastos com as subfunções da Segurança Pública. Conforme Lima *et al* (2010), em 2005, os custos com policiamento foram em torno de R\$ 7,2 bilhões. Já em 2009, esse número se elevou para aproximadamente R\$ 14,8 bilhões, ou seja, 105% de aumento. Dentre as subfunções, as que têm menor expressão são a Informação e Inteligência. Em 2009, essa subfunção registrou uma taxa de 0,84% em relação ao total.

Gráfico 2 Distribuição das despesas realizadas por Subfunções em Segurança Pública. Brasil, 2005 – 2009



Fonte: Fórum Brasileiro de Segurança Pública (2010)

Apud Lima, Renato Sérgio de et al. Anuário do Fórum Brasileiro de Segurança Pública. São Paulo, 2010

(1) Em alguns Estados, a subfunção "421 – Custódia e Reintegração Social" está incluída nesta agregação.

iii. A prevenção da criminalidade também reduz os gastos públicos com a saúde, tendo em vista que quando ocorre um crime como um roubo, por exemplo, em que a vítima foi atacada física e até psicologicamente, poderá gerar mais despesas aos cofres públicos para sanar os problemas dessa pessoa. Da mesma forma, se uma pessoa levar um tiro e ficar inapta para o trabalho, terá que ganhar invalidez permanente do sistema previdenciário.

Um dos fatores pelo qual há uma preocupação com a taxa de criminalidade, portanto, é porque esta exerce forte influência nos custos do sistema de saúde pública do país.

Estas considerações sobre os gastos com saúde podem ser verificados na tabela 1. Em 2003, por exemplo, o valor dos serviços de internação ambulatorial (SIA) e das internações

hospitalares (SIH) financiadas pelo Sistema Único de Saúde – SUS representaram 13% e 11% do total de gastos públicos com saúde, respectivamente, o que gerou um total de R\$ 12.598.000,00 de dispêndio aos cofres públicos.

Tabela 1 Orçamento do sistema público de saúde e remuneração por serviços produzidos. Brasil, 2000-2003

Ano	Remuneração por serviços produzidos ¹								Total gastos públicos ²	
	Internações (SIH)				Ambulatorial (SIA)		SIH + SIA ¹		União, Estados e Municípios	
	Causas Externas		Total		Total		Total		(i)*	(j)
	(a)*	(b)=(a)/(i)	(c)*	(d)=(c)/(i)	(e)*	(f)=(e)/(i)	(g)*	(h)=(g)/(i)		
2000	352	1,03%	4.887	14%	5.698	17%	10.585	31%	34.069	100%
2001	362	0,90%	5.096	13%	4.992	12%	10.088	25%	40.013	100%
2002	407	0,87%	5.406	12%	5.714	12%	11.120	24%	46.805	100%
2003	472	0,88%	5.862	11%	6.736	13%	12.598	23%	53.624	100%

Apud: Rodrigues, Rute I. et al. Custo da Violência para o Sistema Público de Saúde no Brasil. IPEA. Brasília, 2007

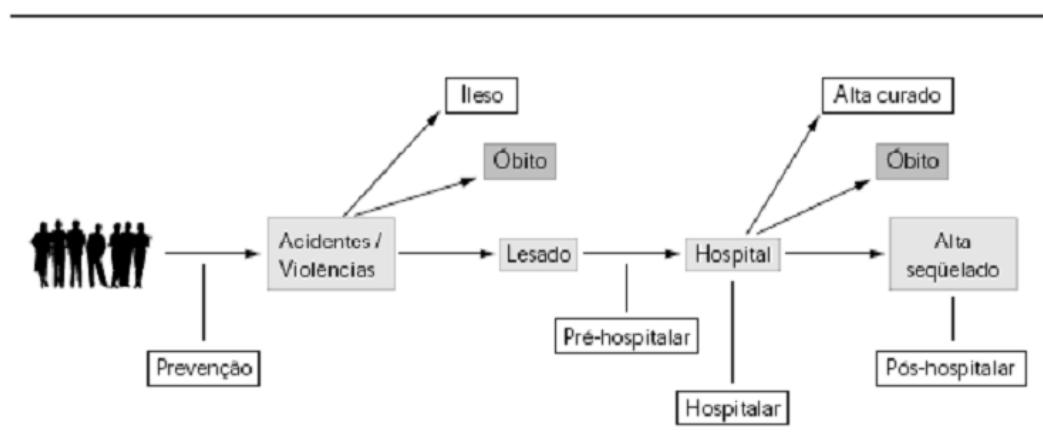
Fontes: 1) Datasus; 2) SIOPS.

Elaboração: Ipea – Grupo de Estudos de Violência.

Obs.: * Em R\$ milhões correntes.

Para Rodrigues *et al* (2007), esses valores, entretanto, poderiam ser reduzidos caso houvesse uma maior preocupação com a prevenção da criminalidade. Conforme figura 1, percebe-se que a prevenção evita uma série de transtornos que decorrem da violência. Ou seja, conforme consta na figura, quando a raiz do problema é atingida através da prevenção, diminui-se a probabilidade de haver uma forte relação entre o sistema público de saúde e o os seus custos em decorrência de atos violentos.

Figura 1 Fluxo da prevenção e tratamento das vítimas de violência no sistema de saúde



Fonte: MELLO-JORGE, M. P. "À Guisa de Conclusão". In Revista de saúde pública, nº31 (4 suplemento), 1997.

Apud Rodrigues, Rute I. et al. Custo da Violência para o Sistema Público de Saúde no Brasil. IPEA. Brasília, 2007, p. 9

Segundo Rodrigues *et al* (2007), entre 1998-2004, o SUS realizou cerca de 12,2 milhões de internações hospitalares anuais, o que, anualmente, gerou um custo médio de aproximadamente 8 bilhões de reais.

Conforme observado na tabela 2, entre o período de 1998-2004, a quantidade de internações por 1000 habitantes foi de 73. Destes, 4 internações referem-se a causas externas, que em números absolutos corresponde a aproximadamente R\$ 606 milhões, ou seja, 7,56% do total de gastos. Além disso, o total de internações representou um custo per capita anual de 51,6 reais por habitante, sendo 3,8 reais relativos às causas externas².

Tabela 2 Internações Hospitalares do SUS. Brasil, 1998-2004

Por tipo de causa									
Causa	Frequência		Núm. AIH's por 1000 hab. ²	Valor total em Reais ¹		Valor médio em reais ¹ (A)	Permanência média(B)	Valor-dia (A / B)	Valor per capita ²
Causas externas	716.181	5,86%	4,16	606.879.270	7,56%	847	5	166	3,83
Gravidez, parto e puerpério	2.811.392	22,98%	17,25	1.126.261.111	14,04%	401	2	180	7,54
Causas não identificadas	56.766	0,46%	-	28.357.391	0,35%	500	5	95	-
Todas as demais causas	8.647.532	70,70%	51,41	6.261.093.563	78,04%	724	7	101	40,28
Total	12.231.871	100,00%	72,81	8.022.591.336	100,00%	656	6	111	51,65

Fonte: Sistema de Informações Hospitalares/Datasus.

Elaboração: Ipea – Grupo de Estudos de Violência.

Notas: ¹Valores atualizados a preços de julho 2005 pelo IGP-DI.

²Média 1999-2001, população ano 2000.

Apud Rodrigues, Rute I. et al. Custo da Violência para o Sistema Público de Saúde no Brasil. IPEA. Brasília, 2007, p. 12

Rodrigues *et al* (2007) mostram também que quando os dados das causas externas são desagregados, há uma grande diferença entre os tipos de ocorrência e os custos que cada uma impõe sobre o SUS. A tabela 3 mostra os dados das causas externas desagregados. Como se pode verificar, entre as causas externas mais frequentes, o valor médio das Autorizações para Internação Hospitalar - AIH's, é significativamente mais alto para os “acidentes de transporte” (R\$1.099,00) e para as “agressões” (R\$ 1.047,00) do que para “outras causas externas de traumatismos acidentais” (R\$ 761,00).

² Segundo o Cap. XX do CID-10 (Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados à Saúde), as causas externas se dividem nos seguintes itens: acidentes; lesões autoprovocadas intencionalmente; agressões; eventos cuja intervenção é indeterminada; intervenções legais e operações de guerra, complicações de assistência médica e cirúrgica. Entretanto, os itens que mais influenciam nas estatísticas, são as agressões e os acidentes de transporte.

A tabela 3 ainda mostra que dentre todas as causas externas, as internações por agressões e acidentes de transportes foram as que registraram maior número de óbitos por internação: 5,2% e 4,4%, respectivamente.

Tabela 3 Internações por tipo de causa externa. Brasil. 1998-2004

Causa externa	Frequência		Valor total em reais ¹ (A)		Valor médio em reais ¹ (B)	Permanência média por AIH	Valor-dia (A / B)	Taxa de Mortalidade (óbitos/ número de AIH's)
Acidentes de transporte	122.682	17%	134.799.676	22%	1.099	6	174	4,40%
Outras causas externas de traumatismos acidentais	474.268	66%	360.730.094	59%	761	5	165	2,00%
Lesões autoprovocadas intencionalmente	10.641	1%	5.389.804	1%	507	4	119	3,70%
Agressões	41.734	6%	43.695.002	7%	1.047	6	173	5,20%
Eventos cuja intenção é indeterminada	26.050	4%	17.569.353	3%	674	5	135	2,40%
Intervenções legais e operações de guerra	296	0%	165.217	0%	558	5	108	3,10%
Complicações de assistência médica e cirúrgica	23.141	3%	27.809.029	5%	1.202	7	183	3,60%
Seqüelas de causas externas de morbilidade e mortalidade	10.413	1%	12.101.069	2%	1.162	8	152	2,30%
Fatores suplementares relacionados com as causas de morbilidade e mortalidade classificados em outra parte	7.018	1%	4.662.605	1%	664	6	116	3,50%
Total	716.242	100%	606.921.849	100%	847	5	166	2,80%

Fonte: Sistema de Informações Hospitalares/Datasus.

Elaboração: Ipea – Grupo de Estudos de Violência.

Nota: ¹Valores atualizados a preços de julho 2005 pelo IGP-DI.

Apud Rodrigues, Rute I. et al. Custo da Violência para o Sistema Público de Saúde no Brasil. IPEA. Brasília, 2007, p. 13

No entanto, para Rodrigues *et al* (2007), os valores referentes ao pagamento das AIH's representam apenas uma parcela do total de gastos do sistema público de saúde destinados ao atendimento das vítimas de violência. Uma parcela importante dos gastos refere-se ao atendimento ambulatorial, inclusive de urgência e emergência, para o qual não existem – no Datasus – informações sobre gastos organizadas por tipo de causa/doença. Além disso, os registros de pagamentos das AIH's não contemplam os gastos efetuados por estados e municípios com o Sistema Único de Saúde.

iv. Por fim, com o combate à criminalidade, o turismo da região também é afetado. Uma cidade que é alvo de ataques violentos, diminui muito a probabilidade de um turista querer passar algum tempo nesse local.

Considerando que a violência e a criminalidade são temas cada vez mais latentes na sociedade atual, este trabalho busca contribuir à solução do problema por meio da síntese de experiências exitosas, especialmente o grupo de maior vulnerabilidade, que são os jovens de 14 a 30 anos.

Entretanto, mesmo sabendo que a idade mais “vulnerável” para o homicídio é de 14 a 30 anos, é importante salientar, o crescimento da vitimização crianças e adolescentes. Segundo Piva (2011) a faixa etária em que os homicídios mais cresceram no Brasil foi a dos 10 aos 14 anos. Segundo o autor, a taxa de assassinatos de crianças e adolescentes de 10 a 14 anos aumentou 32% entre 1999 e 2009.

As explicações deste aumento de óbito entre adolescentes, segundo especialistas, seriam:

“A negligência é imensa por parte dos Estados e dos municípios”, relata o psicólogo social Eduardo de Carvalho Mota, presidente do Conselho Municipal da Criança e do Adolescente de Goiânia.

“Boa parte dos 17 centros de referência e assistência social que existem na capital (Goiânia), que deveriam acolher crianças e adolescentes em risco, não estão funcionando porque está faltando até comida. No Conselho falta, inclusive, papel higiênico. E esse problema é recorrente em várias partes do País. Esses conflitos são muito complexos e atribuir tudo à droga é um equívoco. Quando colocamos só nas costas do crack, isentamos os outros responsáveis. A sociedade brasileira está destruindo a infância e convive bem com isso. (...)Não podemos falar em guerra porque, se fosse guerra, haveria um inimigo do outro lado. Isso é genocídio” (PIVA, 2011, s. p.).

1.3. Metodologia

Esta monografia é descritiva. Segundo Gil (1994), a pesquisa descritiva se caracteriza por ser uma investigação com a finalidade de exaurir as características do objeto proposto. Ou seja, ela identifica a existência de relações entre variáveis e tem como objetivo determinar a natureza dessa relação. Este estudo, portanto, tem caráter descritivo, tendo em vista que o tema em questão apresenta relacionamentos entre diversas variáveis, tais como educação, renda, idade, etc. Buscaremos identificar as principais causas da criminalidade no Brasil e mostrar quais são as variáveis que mais afetam o aumento do crime. Esse trabalho, também, tem um caráter explicativo. Quanto à pesquisa explicativa, Gil diz o seguinte: “essas pesquisas têm como preocupação central identificar os fatores que determinam ou que contribuem para a ocorrência dos fenômenos. Este é o tipo de pesquisa que mais aprofunda o conhecimento da realidade, porque explica a razão, o porquê das coisas” (GIL, 1994, p. 46). Portanto, após fazer o levantamento da pesquisa descritiva, ou seja, saber quais as variáveis que determinam o aumento da criminalidade no Brasil, será feita a explicativa para poder

compreender melhor as causas do aumento da criminalidade e procurar alternativas para amenizar esse problema.

Já em relação aos métodos de procedimento, a pesquisa será feita levando-se em consideração os dados bibliográficos.

A pesquisa bibliográfica se caracteriza por ter como principal fonte os dados encontrados em livros, revistas, jornais e outros impressos diversos. A principal fonte de dados estatísticos para apresentação das taxas de homicídios, tanto somente de jovens, quanto da população total, será o trabalho realizado pelo Instituto Sangari, instituição vinculada ao Ministério da Justiça, do Governo Federal. Esse trabalho, feito em 2011 com o título “Mapa da Violência 2011 – os jovens do Brasil” mostra uma análise abrangente sobre os dados da violência no Brasil, principalmente as que levam a consequências fatais, como por exemplo, o homicídio. O instituto utiliza-se das bases de dados do Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), da Organização Mundial da Saúde (OMS) entre outros. Além disso, esta pesquisa utilizou o trabalho realizado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) que tem por título “Política Pública de Prevenção de Homicídios e Alternativas de Ação Coletiva” e também se utilizaram periódicos diversos, como artigos de revistas e jornais.

1.3.1. Detalhamento dos objetivos específicos.

Objetivo 1: Levantaram-se variáveis em referência para explicar as causas dos crimes, através de instituições de pesquisas estatísticas, como por exemplo, o IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada), o SIM (Sistema de Informações sobre Mortalidade) e o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística).

Objetivo 2: Para este objetivo foi feita uma descrição e comparação entre o Brasil e a Colômbia, enfatizando o trabalho de prevenção ao crime realizado neste país, principalmente na cidade de Bogotá, capital da Colômbia.

Objetivo 3: Estudou-se a situação atual das iniciativas para a prevenção da violência e criminalidade em Santa Catarina e com base nas análises e estudos alcançados nos objetivos 1 e 2 se fez um rol de políticas/alternativas existentes nas diversas experiências analisadas e se propôs alternativas ao Estado.

2. VIOLÊNCIA E CRIMINALIDADE - CONCEITOS

Os estudos do tema combate à criminalidade, nos últimos anos, tem ganhado força, tanto no meio acadêmico, quanto na mídia ou governo. Buscaram-se nos diversos trabalhos desta temática os principais conceitos e as ênfases das análises verificadas para um maior entendimento sobre esse assunto. No trabalho realizado pelo Instituto Sangari sobre o Mapa da violência no Brasil em 2011, os estudos focalizaram o mais alto nível de violência, que são os homicídios. E, além disso, foi feito um filtro, focando os homicídios ocorridos entre os jovens. Já no trabalho realizado por Moura *et al* (2010) os autores apresentam fatores importantes para a prevenção dos homicídios através da experiência de sucesso de combate ao crime no Estado de São Paulo, que na última década obteve uma queda substancial no nível da taxa de homicídios.

Segundo Soares, Sergei (2007), o homicídio possui três resultados distintos. O primeiro resultado é que as mulheres são mortas através de homicídios em um nível 10 vezes menor em relação aos homens. Outro resultado é que os negros possuem mais chance de ser vítima de homicídios do que os brancos. Por fim, há ainda um terceiro resultado que mostra que a grande área de risco dos homicídios é entre os jovens, na faixa entre 16 e 36 anos. Como este trabalho tem como foco a prevenção dos homicídios principalmente entre os jovens, este terceiro resultado é o que será mais utilizado.

Portanto, essencialmente com base nestes trabalhos, são apresentadas as diferenças e os pontos em comum dos pensamentos de especialistas ou pesquisadores desta área de estudo.

2.1. Violência e criminalidade

Segundo Moreno (2009), a palavra violência vem do latim "violentia" que significa "a força que se usa contra o direito e a lei". O termo violência, entretanto, possui diversas definições, não sendo possível, dessa forma, afirmar uma definição que seja considerada como exclusiva e única ou verdadeira. Mesmo assim, é válido tentar encontrar outras definições para encontrar os pontos em comum dessas definições a fim de mostrar a diferença entre violência e criminalidade.

Ainda segundo Moreno (2009), no latim o termo violência apresenta também o significado de "poder", "dominação", e o seu uso é concedido àquele que exerce autoridade na impossibilidade de resistência, violando a integridade do outro. Além disso, a violência é um

comportamento que causa danos à outra pessoa. É o uso exagerado da força, seja física, psicológica ou moralmente. Portanto, definindo-se como o uso excessivo de poder sobre outrem, a violência pode gerar consequências que podem magoar, ferir, torturar e até matar.

Segundo o Dicionário Priberam (2011), a violência é a “ação ou efeito de empregar força física (contra alguém ou algo) ou de uma intimidação moral contra alguém; ato violento, crueldade, força”. No aspecto jurídico, define-se o termo como o “constrangimento físico ou moral exercido sobre alguém, para obrigá-lo a submeter-se à vontade de outrem; coação”. Segundo a Organização Mundial da Saúde (2000), violência é “a imposição de um grau significativo de dor e sofrimento evitáveis”. Porém, é importante observar que nem toda violência pode ser considerada como um crime.

Já o crime pode ser considerado como a ruptura de regras e normas pré-estabelecidas. Segundo o Dicionário Priberam (2011), crime se caracteriza por ser “qualquer violação muito grave de ordem moral, religiosa ou civil, punida pelas leis; Todo o delito previsto e punido pela lei penal; Delito, fato repreensível, infração de um dever”.

Segundo Santos (1981), o crime possui 4 elementos que o caracterizam como tal:

- i. Ação ou omissão: É quando o crime é praticado por uma conduta positiva (ação) ou através de uma conduta negativa (omissão). Portanto, tanto é criminoso aquele indivíduo que esfaqueia uma pessoa até matá-la (ação), como, também, uma mãe que, por preguiça ou comodidade, não retira de cima da mesa de sua casa (omissão) o veneno para matar baratas que foi, posteriormente, ingerido pelo seu filho de três anos provocando-lhe a morte, enquanto ela assistia a sua novela preferida.
- ii. Típica: Quer dizer que aquela ação ou omissão praticada pelo indivíduo, deve ser tipificada, ou seja, observada na lei como delito. Caso contrário, isto é, se a ação ou omissão for considerada atípica não pode ser considerada como um crime, já que não encontra amparo na lei para considerá-lo como tal.
- iii. Antijurídica: Significa que a ação ou omissão, além de típica, deve ser antijurídica, ou seja, contrária ao direito. É a oposição ou contrariedade entre o fato e o direito. Será antijurídica a conduta que não encontrar uma causa que venha a justificá-la.
- iv. Culpável: a culpabilidade é o elemento subjetivo do criminoso. Por exemplo: Ela poderia ter desejado um resultado criminoso qualquer (agiu com dolo direto); ele poderia ter assumido o risco de produzir um resultado criminoso (agiu com dolo indireto eventual); ou,

não desejava aquele resultado criminoso, mas deu causa a ele por imprudência, negligência ou imperícia (agiu com culpa).

Ainda sobre a tipologia dos crimes, a tabela a seguir mostra como são divididos os tipos de crimes.

Tabela 4 - Tipos de Crimes

DESIGNAÇÃO DO CRIME	TIPOLOGIAS	ARTIGOS DO CÓDIGO PENAL
Crimes contra a Vida	Homicídio Qualificado	Art. 132º, n.º2, alíneas a) e b)
Crimes contra a Integridade Física	Ofensas à integridade física	Art.º 144º, 145º, 146º, 147º e 148º
Crimes contra a Liberdade Pessoal	Ameaça	Art.153º
	Coacção	Art.º 154º, n.º4
	Sequestro	Art. 158º até 161º
Crimes contra a Liberdade Sexual	Coacção sexual	Art. 163º
	Violação	Art.º 164º
Crimes contra a Propriedade	Furto	Art. 203º
	Dano	Art. 212º
	Roubo	Art. 210º

Fonte: Código Penal – Lei n.º 59/2007 de 4 de Setembro. 2007, s. p.

2.2. Modelos ou recomendações para prevenção e repressão à violência e criminalidade

Como este trabalho tem como foco a prevenção da criminalidade, é importante salientar o(s) conceito(s) desse termo para melhor entendimento. Na criminologia, existem diversos conceitos de prevenção, porém se pode entender por prevenção, segundo o Dicionário Priberam (2011), o ato de evitar que algo aconteça, ou seja, em relação ao crime, a prevenção se caracteriza por formar ações preventivas para que o mesmo não ocorra.

Segundo Soares (1983 p. 125), a expressão prevenção pode ser caracterizada como "o objetivo de prevenir ou dispor de maneira que evite dano ou mal, preparando medidas ou providências de antecipação". Este conceito supõe que sejam trabalhadas as causas para que não haja a violência. Portanto, o principal objetivo da prevenção está na eliminação de focos

que possam produzir violência, podendo, assim, acontecer a exclusão da mesma no seu "nascimento", impedindo que ela se desenvolva.

Segundo Santos (2011), a prevenção é a principal e mais eficiente maneira para o controle da violência e/ou criminalidade. Para ele, portanto, não basta apenas aderir à severidade no controle das ações criminosas. Para Santos (2011), os adeptos da ideia de que o crime deve ser prevenido entendem que é importante a compreensão da essência do trabalho da polícia e da guarda municipal, no que tange a prevenção, através da educação, instrução e qualificação da vida do cidadão para que nem mesmo seja necessário chegar ao campo da repressão, muito menos da punição. Para Santos (2011), o crime pode ser combatido com eficiência pelas técnicas de prevenção. Afirma, ainda, que as ações, no entanto, devem ser geradas em longo prazo.

Prevenindo a exclusão e marginalização do indivíduo; Proporcionando meios para que alcance condições de subsistência digna; Evitando a degradação e desestruturação dos elementos essenciais da sociedade (a exemplo da família); Fomentando a educação e qualificação profissional e social, trazendo à tona o entendimento acerca daquilo que vem a ser a consciência social e coletiva para o surgimento e consolidação da verdadeira Comunidade. (SANTOS, 2011, s. p.)

Quanto ao conceito de repressão, segundo o Dicionário Priberam (2011), é ato de reprimir, punir ou proibir. Juridicamente, o termo pode ser considerado como “o ato de reprimir, coibir, proibir por meios policiais ou judiciais a prática de determinados atos considerados ilícitos penais, através duma reação, exercida de fato em nome do Direito, considerada reação social contra o crime” (SOARES, p. 138).

Já Santos (2011) afirma que os adeptos dessa ideia (repressão), acreditam que a mesma é um instrumento fundamental para o controle da violência e/ou criminalidade. Para o autor, a repressão se caracteriza por ser o uso dos meios que dispõe o Estado para coibir, submeter e punir as práticas criminosas.

Por fim, Santos (2011) comenta também sobre a punição. Para ele, punição é uma prática através da qual se pretende impedir a recorrência de determinado ato através da aplicação de um castigo desestimulando o agente praticante da conduta agressiva praticada contra a sociedade ou contra algum indivíduo ou mesmo um grupo deles, combatendo determinados comportamentos que produzem mazelas e anomalias frente ao desejado estado de equilíbrio da sociedade.

Por sua vez, Casoy (2010), afirma, ainda, que a segurança pública visando o aumento de punição é fruto do efeito midiático de emergência e de ganhos políticos, ou seja, segundo o

autor, o que se vê são políticas de Governo e/ou políticas de partidos políticos, que buscam enfrentar a questão da criminalidade com ações somente de curto prazo. Não enfrenta o problema atacando sua raiz para construir, a partir daí, uma base sólida com novas ideologias.

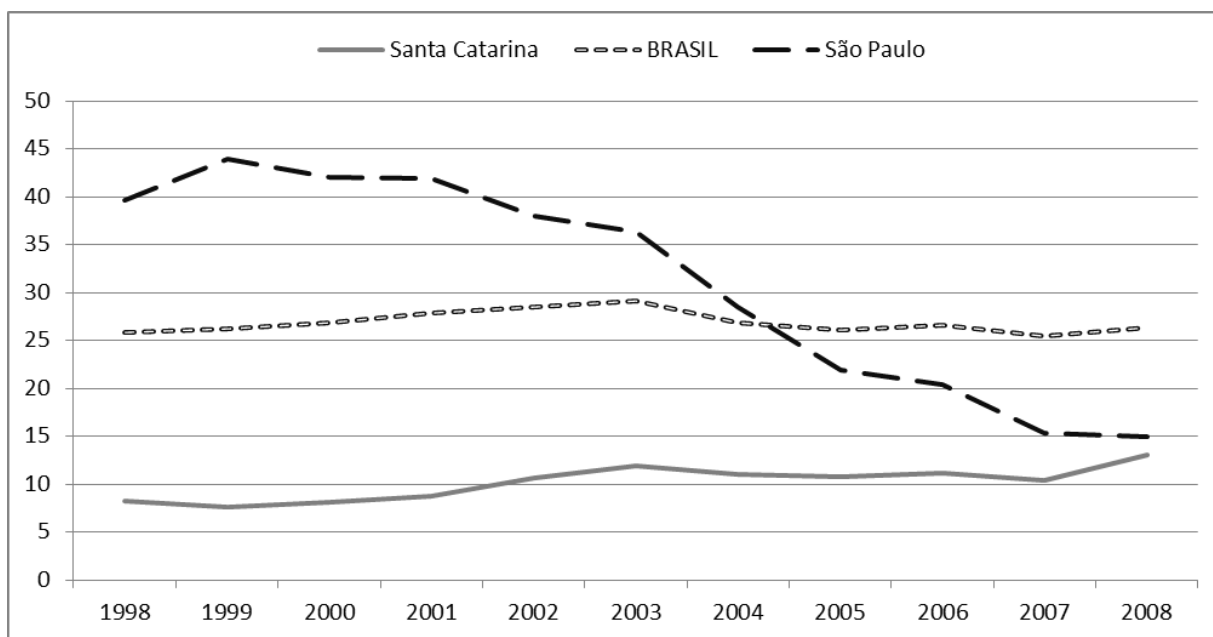
Portanto, o que se vê é que a maioria dos autores que tratam do assunto criminalidade acredita que a prevenção é a melhor solução. No entanto, a prevenção parece ser a solução mais efetiva a médio e longo prazo. A repressão só é “aceita” em curto prazo para que se possa estabelecer a ordem perdida.

3. EVOLUÇÃO HISTÓRICA DOS HOMICÍDIOS NO BRASIL

3.1. Evolução das taxas de homicídios por estado brasileiro – população total

Conforme pode-se perceber no Gráfico 3, em Santa Catarina, durante os anos de 1998 a 2008, o nível de homicídios por população total teve um pequeno aumento, comportamento parecido com o nível de homicídios no Brasil. Já São Paulo obteve um resultado bastante satisfatório na década, com queda substancial deste indicador.

Gráfico 3 - Taxa de homicídios (em 100 Mil) por população total de SC, SP e Brasil. 1998/2008



Fonte: Ministério da Saúde/SVS - Sistema de Informações sobre Mortalidade – SIM
Elaboração: o autor com base em Waiselfiz (2011)

Em Santa Catarina, a taxa de homicídios se eleva constantemente até 2003. A partir de 2004, o nível de homicídios permanece praticamente constante, voltando a aumentar a partir de 2007. Em São Paulo, desde 1999 há um decréscimo relevante da taxa de homicídios. Da mesma forma, para o Brasil, há um decréscimo dos homicídios a partir de 2004.

No país como um todo, percebe-se uma importante elevação em algumas regiões, como por exemplo, a região Sul. Conforme observado na Tabela 6, todos os estados da região sofreram aumentos entre anos 1998 a 2008. Santa Catarina, por exemplo, teve um acréscimo de 97,7% do número de homicídios na década. Já na região Sudeste, Minas Gerais teve uma

elevação de 163% em contraste com os 29,9% a menos de número de homicídios no Estado de São Paulo.

Tabela 5: Taxas de homicídios (em 100 Mil) na população total por UF. Brasil, 1998/2008

UF	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
Acre	21,4	9,7	19	21,1	25,7	24,5	17,7	18,8	23,4	19,5	19,6
Alagoas	21,7	20,4	25,8	29	34,3	35,6	34,7	39,9	53,1	59,5	60,3
Amapá	38	43,7	32,7	36,5	35	34,6	30	33	32,8	27	34,4
Amazonas	21,2	20,4	19,6	16,8	17,3	18,4	16,6	18,5	21	21,1	24,8
Bahia	9,9	7	9,5	12,3	13,2	16,1	16,5	20,9	23,7	26	32,9
Ceará	13,5	15,5	16,7	17	18,9	20,1	19,8	21	21,8	23,2	24
Distrito Federal	32,9	33,5	33,5	33	29,9	33,9	30,5	28,2	27,7	29,2	34,1
Espírito Santo	57,8	51,9	46,3	46	51,3	50,1	48,3	47	50,9	53,3	56,4
Goiás	14,8	17,6	21,7	22,8	26,3	25,4	27,7	26,1	26,3	26	30
Maranhão	5,2	4,8	6,2	9,8	10,4	13,5	12,2	15,3	15,7	18	19,7
Mato Grosso	35,7	34,6	39,5	38	36,4	34,2	31	32,4	31,4	30,5	31,8
Mato Grosso do Sul	33,6	28,2	31,3	29,4	32	32,5	29,4	27,9	29,7	30,5	29,5
Minas Gerais	8,8	9,2	11,8	13	16,3	20,9	22,6	22	21,4	20,9	19,5
Pará	13,4	10,9	13	15,3	18,5	21,4	22,2	27,6	29,2	30,3	39,2
Paraíba	13,6	11,9	14,7	13,9	17,4	17,5	18,9	20,7	22,8	23,7	27,3
Paraná	17,6	18,2	18,7	21,2	23,1	25,8	27,9	29	29,8	29,5	32,6
Pernambuco	58,8	55,6	54,2	58,8	54,4	55,3	50,1	51,5	52,6	53	50,7
Piauí	5,2	4,9	8,1	9,1	10,6	10,2	11	12,2	13,8	12,5	12,4
Rio de Janeiro	55,4	52,6	51,1	50,5	56,6	54,5	50,8	48,2	47,5	41,6	34
Rio Grande do Norte	8,5	8,4	9,3	11,4	10,5	14	11,6	13,5	14,9	19,1	23,2
Rio Grande do Sul	15,4	15,4	16,4	18	18,4	18,2	18,5	18,6	18,1	19,8	21,8
Rondônia	38,7	33,3	33,8	40,7	43	38,9	37,4	36,2	37,4	27,2	32,1
Roraima	51,4	57,7	40,1	32,1	35,2	29,7	22,4	24,3	27,5	27,9	25,4
Santa Catarina	8,2	7,6	8,1	8,8	10,6	11,9	11	10,8	11,2	10,4	13
São Paulo	39,6	44	42,1	41,9	38	36,3	28,5	21,9	20,4	15,4	14,9
Sergipe	10,4	19,2	23	28,5	30,1	25	23,5	24,7	29,2	25,7	28,7
Tocantins	11,6	12,1	15,2	17,9	14,1	16,6	15,5	14,6	17,2	16,6	18,1
BRASIL	25,9	26,2	26,8	27,9	28,5	29,1	26,9	26,1	26,6	25,5	26,4

Fonte: Ministério da Saúde/SVS - Sistema de Informações sobre Mortalidade – SIM, 2011
Elaboração: o autor com base em Waiselfiz (2011)

Embora, em nível de Brasil, a taxa de homicídios da população total não tenha se modificado muito, quando os dados são desagregados, se dividindo população total de população jovem – que compreende a idade de 15 a 24 anos –, percebe-se que as taxas de homicídios se elevaram. É o que será visto no próximo item.

3.2. Evolução das taxas de homicídios por estados brasileiros – jovens

De acordo com a Tabela 7, alguns estados tiveram um resultado muito preocupante. O Estado do Maranhão é um exemplo disso. Em 1998 possuía uma estatística de 8,8 homicídios na população jovem num universo de 100.000 habitantes e em 2008 obteve um resultado de

33,6 homicídios na população de 15 a 24 anos para 100.000 habitantes, ou seja, 406,2% de crescimento na década.

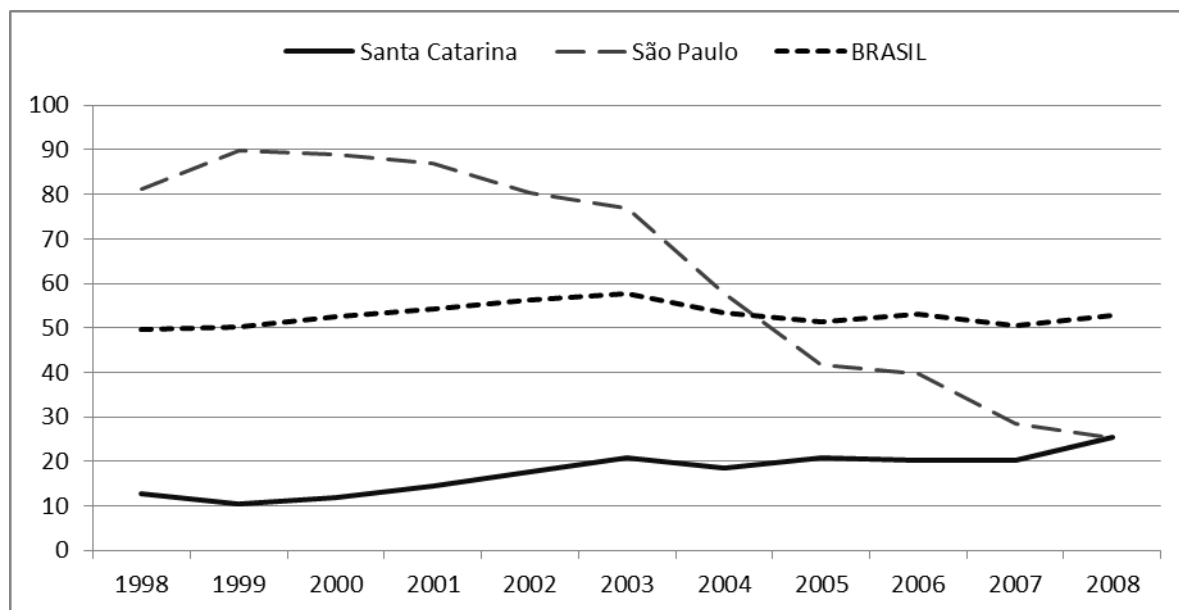
Outro exemplo de crescimento da taxa de homicídios é o caso de Santa Catarina. Na década 1998/2008 obteve uma elevação de 124,6% (Gráfico 4). Como resultado positivo no Brasil e que deve ser tomado como exemplo, são os casos de São Paulo e Rio de Janeiro. O primeiro obteve um decréscimo de 68,1% na sua taxa de homicídios na população jovem. O segundo diminuiu 30,5% da sua taxa de homicídio. A Tabela 7 mostra o nível de homicídios de jovens durante a década mencionada em todo o Brasil.

Tabela 6: Taxa de homicídios (em 100 Mil) na população de 15 a 24 anos por UF. Brasil, 1998/2008

UF	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
Acre	38,5	16,5	39,9	41,5	50,4	42,5	37,7	32,7	42,2	34,2	31,7
Alagoas	33,4	34,7	47,9	57,3	66	71,7	70,8	78,1	112,9	123	125
Amapá	74,6	91,3	72,1	73,8	73,9	78,8	63,6	64,8	69,3	58,8	72,5
Amazonas	45,1	40,7	41	32,2	34,3	36,7	31,5	35,2	42,9	41,8	46
Bahia	17,5	12,5	17	22,3	25,1	31,1	31,1	39,8	47,1	51,4	70,7
Ceará	24,7	26,3	30	31	34,2	35,6	37,1	41,7	39,8	43,8	45,5
Distrito Federal	60,8	62,6	61,5	66	60,1	64,2	59,2	53,5	57,4	61,5	77,2
Espírito Santo	106,3	97	83,6	86,5	101,7	95,5	97	92,1	100,6	102,3	120
Goiás	22,8	28,5	37,2	39,3	46,4	45,9	50,7	50,7	52,6	51,7	57,7
Maranhão	8,8	7,5	11,3	17,4	17,4	23,7	21,6	27,1	27,8	31,9	33,6
Mato Grosso	50,9	47,3	56,6	56,2	53,6	51,7	49,4	49,2	53	43,7	47
Mato Grosso do Sul	54,1	45,9	53,6	45	52,1	56,7	51,4	49	49,8	52,5	55,9
Minas Gerais	15,3	16,4	23,4	24,9	31,9	43,5	48,9	46,2	45,5	43,5	41,6
Pará	25,9	18,2	22,5	27	32,4	37,4	38,8	50,6	55,9	57,2	71,3
Paraíba	25,7	21,5	30,5	29,3	32,4	33,8	34,3	39,1	43,8	43,4	49,8
Paraná	29,3	30,9	34,1	39,5	46,5	51,3	58	61	62,1	62,5	73,3
Pernambuco	118,7	111	107,7	118,2	110,2	111,4	102,5	106,4	108,5	109,3	106
Piauí	9,7	9,7	15,2	15,8	19	18	19,5	23,3	26,1	20	19,5
Rio de Janeiro	110,7	106,1	105,3	103,8	118,3	116,4	110,2	104,9	104,6	93,5	76,9
Rio Grande do Norte	16,8	11,3	15,5	19,5	17,7	24,4	21,5	27,6	26,8	34,9	46
Rio Grande do Sul	28,6	30,8	30,9	33,7	36,3	35,3	37,9	38,3	35,4	40,3	40,4
Rondônia	54,9	44,2	50,9	57,1	66	53,2	62,3	53,8	56,5	44,4	45,5
Roraima	83,5	98,1	70,2	51	69,1	50,3	39,6	36,7	39,1	38,1	18,1
Santa Catarina	12,7	10,5	11,8	14,5	17,7	20,9	18,4	20,9	20,3	20,1	25,4
São Paulo	81,1	89,8	89,1	87,1	80,4	76,9	57,7	41,6	39,6	28,4	25,3
Sergipe	17,6	33,4	41,2	55,3	58,9	46,5	40,6	42,4	57,2	49,4	47,2
Tocantins	15,8	20,5	25,2	25,4	22,8	23,6	25,7	22,2	30,8	22,9	31,7
BRASIL	49,6	50,1	52,4	54,2	56,3	57,8	53,5	51,4	53,1	50,5	52,9

Fonte: Ministério da Saúde/SVS - Sistema de Informações sobre Mortalidade – SIM
Elaboração: o autor com base em Waiselfiz (2011)

Gráfico 4: Taxa de homicídios (em 100 Mil) por população de 15 a 24 anos em SC, SP e Brasil. 1998/2008



Fonte: Ministério da Saúde/SVS - Sistema de Informações sobre Mortalidade – SIM
Elaboração: o autor com base em Waiselfiz (2011)

3.3. Evolução das taxas de homicídios nas capitais – população total

Em relação às capitais, percebe-se que há uma diferença entre o nível de homicídios destes com o nível de homicídios das Unidades Federativas. Florianópolis é um exemplo disso. Enquanto as taxas de homicídio da população total do Estado de Santa Catarina tenham, praticamente, permanecido constantes, em Florianópolis, teve um acréscimo bastante relevante. Em 1998 foram constatados 9,3 homicídios para 100.000 habitantes e em 2008, 22,6, o que representa 142,3% de acréscimo durante a década estudada.

Após verificar os dados obtidos na Tabela 8, algumas situações podem ser observadas: algumas capitais, que em 1998 possuíam posição de destaque e que em 2008 apresentaram resultados muitos bons, como é o caso de São Paulo, apresentam um contraste muito grande com outras capitais que, ao contrário de São Paulo, obtiveram um resultado aquém do esperado, como é o caso de Maceió. Esta capital em 2008 ficou em primeiro lugar no nível de homicídios, sendo que em 1998, estava em posição intermediária em relação ao país. Outras capitais, como Florianópolis e Teresina, continuam com níveis baixos, porém não estão fora da margem de preocupação, já que, mesmo com níveis ainda baixo, tiveram um acréscimo importante em relação ao ano de 1998.

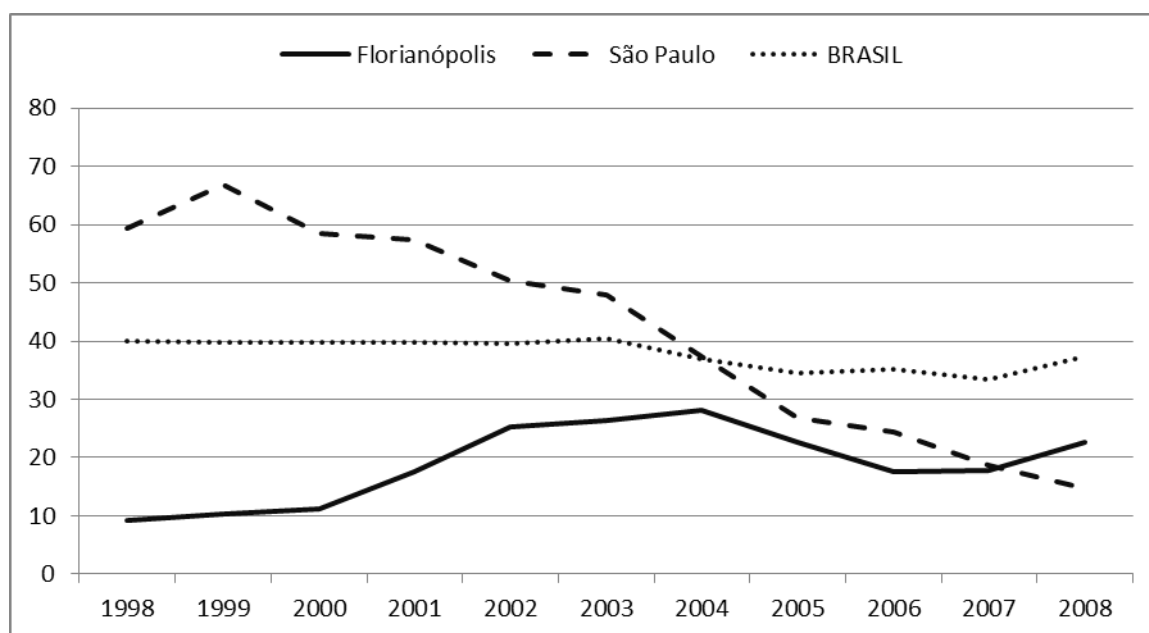
O Gráfico 5 mostra a evolução das taxas de homicídios em Florianópolis, São Paulo e no Brasil. Pode-se perceber que, enquanto São Paulo teve uma queda substancial, Florianópolis teve uma elevação. Na verdade, houve um acréscimo forte até 2004. Após isso, houve um decréscimo da taxa de homicídios, assim como aconteceu na maioria das outras capitais e após 2006, novamente a capital apresenta nova elevação na taxa de homicídio.

Tabela 7: Taxa de homicídios (em 100 Mil) na população total das capitais. Brasil, 1998/2008

Capital	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
Aracaju	13,6	24,5	33,6	43,8	38,6	36,1	33,3	31,5	36,6	25,8	40,8
Belém	23,8	14,2	21,9	21,9	24,4	26,7	23,5	34,4	33,7	34,8	47
Belo Horizonte	22	22,7	28,2	30	33,9	48	51,9	45,3	39,5	43,2	41,9
Boa Vista	54	56,2	46,4	35	39,6	36,6	25,6	24,4	22,4	25,3	24,9
Brasília	32,9	33,5	33,5	33	29,9	33,9	30,5	28,2	27,7	29,2	34,1
Campo Grande	34,7	29,7	37,2	31,7	29,6	32,4	28,6	26,5	25,7	30,9	25,6
Cuiabá	70,2	63	65,6	68,2	46,6	46,2	41,5	42,3	40,9	38,8	42,8
Curitiba	18,8	22,4	21,2	23,7	26,6	28,7	34,2	37,6	40	37,8	56,5
Florianópolis	9,3	10,3	11,1	17,6	25,2	26,3	28,2	22,7	17,5	17,8	22,6
Fortaleza	19,6	21,3	24,5	24,1	27	29,9	24,9	30,9	31,2	36,4	35,9
Goiânia	16,3	23,7	22,2	18,7	28,4	27,8	27,7	28,3	26,4	27,7	44,3
João Pessoa	28,8	33	31,9	37,4	36,2	34,3	31,9	39,5	39,1	48,2	60
Macapá	49	60,9	43,4	42,2	43,1	41,4	34,8	36,3	33,9	31,2	42,1
Maceió	26,6	25,9	37,9	47,5	51,1	51,2	55,9	63,4	85,5	88,1	107,1
Manaus	40	35,2	32,4	25,7	25,9	29	25,2	29	31,3	32,1	38,4
Natal	14,4	7,8	6,7	12	13,1	18,5	12,3	17,2	18,9	25,7	31,1
Palmas	12,7	19,7	21,8	26,5	18,6	22,1	17,9	11	11,3	9	18,5
Porto Alegre	23,4	24,9	30	25,9	31,2	28,8	30,9	33,9	30,3	40	46,8
Porto Velho	52,2	54,9	60,7	67,5	62,4	50,3	66	54,3	61,9	44,6	46,9
Recife	81,5	65,7	67,4	70,5	64,1	66,4	64,8	66,8	69,2	67,7	85,2
Rio Branco	37,6	15,4	35,2	36,3	43,7	35	27,6	21,3	34,7	29,5	28,9
Rio de Janeiro	52,7	46,5	49,7	46,6	53,5	51,2	49,5	41,3	44,6	34,2	31
Salvador	14	7,2	11,8	19,5	21,7	26,8	27,5	39,3	41	47,7	60,1
São Luís	15	11,9	14,9	23,7	18,5	26,2	28,1	24	27,1	31,6	43,4
São Paulo	59,3	66,8	58,5	57,3	50,3	48	37,3	26,8	24,4	18,6	14,8
Teresina	16,2	12,4	20,3	18,7	23,9	24,4	20,2	25,5	28,8	22,5	27
Vitória	73,9	80,6	54,4	61,1	57,5	55,8	60,4	61,9	66,2	58	73,9
BRASIL	40	39,9	39,8	39,9	39,6	40,4	36,9	34,6	35,1	33,4	37,3

Fonte: Ministério da Saúde/SVS - Sistema de Informações sobre Mortalidade – SIM
Elaboração: o autor com base em Waiselfiz (2011)

Gráfico 5: Taxa de homicídios (em 100 Mil) na população total de Florianópolis, São Paulo. Brasil, 1998/2008



Fonte: Ministério da Saúde/SVS - Sistema de Informações sobre Mortalidade – SIM
Elaboração: o autor com base em Waiselfiz (2011)

3.4. Evolução das taxas de homicídios nas capitais – jovens

Em relação aos homicídios de jovens nas capitais, percebe-se que algumas capitais merecem uma atenção especial por apresentarem números alarmantes. Capitais como Florianópolis, Curitiba, São Luís, Maceió e Salvador tiveram seus níveis de homicídios muito elevados na década de 1998 a 2008. Dados das outras capitais encontram-se na Tabela 9. No Gráfico 6, há a evolução de Florianópolis, São Paulo e Brasil das suas taxas de homicídios de jovens.

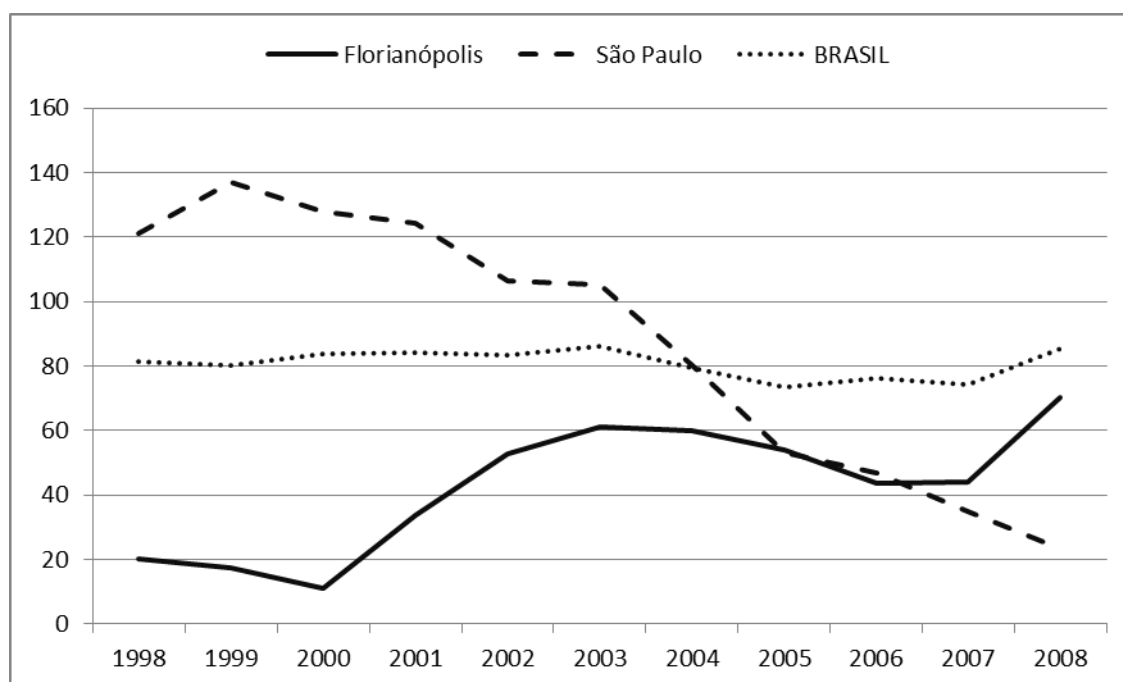
Tabela 8 Taxa de homicídios (em 100 Mil) da população de 15 a 24 anos das capitais.**Brasil, 1998/2008**

Capital	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
Aracaju	24,3	38,8	71,3	96,8	83	70,2	57,6	56,9	76,4	57,7	76,9
Belém	44,1	27,8	43,7	46	48,5	53,9	45,7	67,1	70,4	77,4	105,9
Belo Horizonte	39,7	44,4	62,6	61,5	74,7	108,1	118	104,2	95,5	104,3	116,3
Boa Vista	98,6	107,7	87,4	59,9	86,9	61,4	49,9	39,1	40,9	41,5	29,4
Brasília	60,8	62,6	61,5	66	60,1	64,2	59,2	53,5	57,4	61,5	77,2
Campo Grande	61,2	59,2	70,1	61	53	65,3	55,5	52,1	48	62,9	60,2
Cuiabá	128,1	109,8	115,4	125,2	87,4	91,6	78,7	84,9	87,8	74,4	76,6
Curitiba	31,3	42,3	41,4	46,5	56,7	56,6	67,5	71,3	85,5	85,4	135,1
Florianópolis	20,1	17,4	11	33,9	53	61	59,9	54,1	43,5	44	70,4
Fortaleza	38,3	35,7	45,6	45,8	53,3	51,1	47	65,4	63,5	76,1	81,6
Goiânia	25,8	43,4	38,4	31	53,2	52,5	48,1	58,9	53,1	61	95,1
João Pessoa	62,2	61,1	73	83,6	73,5	68,7	63,7	82,7	80,9	96,2	124,2
Macapá	92,5	123,7	89,1	86,9	85,5	94,3	71,9	64,7	75,5	68,4	85,2
Maceió	45,5	52,5	80	104,3	111,4	118,7	126,6	141,2	194,2	196,2	251,4
Manaus	79,3	68,2	65	49,1	47,6	56	47,1	56,2	65	65,4	78,2
Natal	27,9	12,8	11,9	26,5	28,9	41,5	28,4	39,3	39,1	52	73,2
Palmas	15,8	33,6	27,1	36	24,8	33,1	29,1	19,1	21,1	13,8	25,4
Porto Alegre	55,3	60,3	69	51,8	66,7	63,9	66,6	75,7	65,3	94,5	96
Porto Velho	88,2	77,3	112,6	109,4	117,4	94	134,7	93,1	100,2	86,1	83
Recife	187,2	139,8	156,3	164,6	148,4	154,2	156,4	162,9	165,3	165,6	211,3
Rio Branco	64,2	22,3	70,8	74,3	84,1	61	61	42,8	62,2	53	47,7
Rio de Janeiro	128,9	110,4	119,6	114,4	129,9	126,8	126,6	102	113	87,3	72,8
Salvador	31,1	16	24,1	41,7	48,2	59,4	58,5	81	90,6	109,3	158,4
São Luís	28,3	17,6	26,8	42,2	30,2	46,6	56,1	47	55,3	65,3	83,7
São Paulo	121,2	137,2	128	124,4	106,5	105,3	80,3	53,1	47	35,1	23,4
Teresina	29,2	24	39,4	38,6	47,7	47,3	40,1	57,1	62	44,9	47,9
Vitória	154,2	179,4	104,7	132,7	138,1	127,4	134,6	142,9	145,7	124,1	181,9
BRASIL	81,5	80,1	83,7	84,4	83,5	86,3	79,3	73,3	76,2	74,2	85,3

Fonte: Ministério da Saúde/SVS - Sistema de Informações sobre Mortalidade – SIM

Elaboração: o autor com base em Waiselfiz (2011)

Gráfico 6 Taxa de homicídios (em 100 Mil) na população de 15 a 24 anos de Florianópolis e São Paulo. Brasil, 1998/2008



Fonte: Ministério da Saúde/SVS - Sistema de Informações sobre Mortalidade – SIM
Elaboração: o autor com base em Waiselfiz (2011)

Após apresentar e verificar os dados estatísticos das taxas de homicídios nas Unidades Federativas, capitais e diferenciar população total de população jovem, cabe agora, apresentar os principais motivos e/ou fatores que levam o Brasil a ter uma das mais altas taxas de homicídios do mundo. É o que será visto no próximo capítulo.

4. FATORES INFLUENCIADORES DA CRIMINALIDADE

Neste tópico serão verificados quatro pontos importantes que afetam ou são afetados pela criminalidade, mais especificadamente pelos homicídios. Os fatores a serem analisados são os seguintes: educação, renda, idade e drogas.

4.1 Influência da educação na criminalidade

O objetivo da educação básica segundo a Constituição Federal do Brasil é “...desenvolver o educando, assegurando-lhe a formação comum indispensável para o exercício da cidadania e fornecer-lhe meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores” (artigo 22 da LDB). Diversos autores apontam que níveis insuficientes de educação facilitam a violência e criminalidade e aumentam o risco de estar preso.

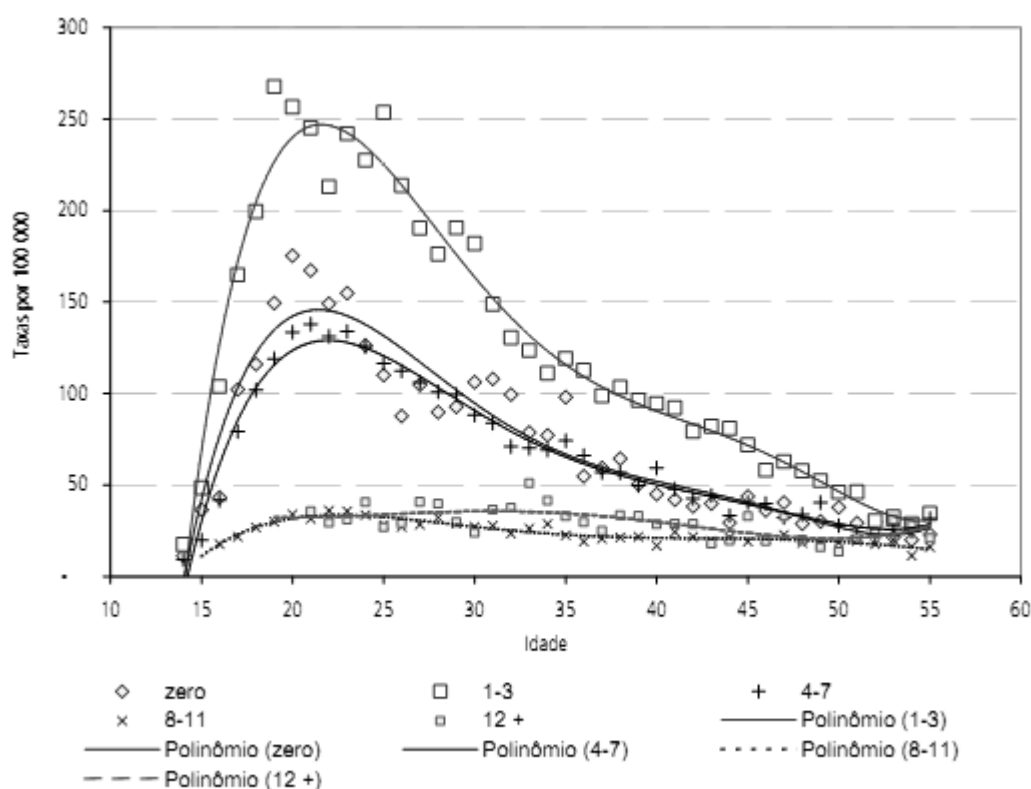
Segundo Soares (2007), 4 anos ou mais de escolaridade reduzem a probabilidade de morte violenta em até 150/cem mil., Na literatura estadunidense e britânica, em geral, quase sempre o nível de escolaridade diminui a probabilidade de acontecer um crime, principalmente após o 2º grau.

Entre outras relações que existem entre a criminalidade e a sociedade, pelo menos duas serão citadas: o grau de vulnerabilidade da vítima e a probabilidade de ela estar em situações ou ambientes nos quais o conflito letal é provável. Por exemplo, Soares (2007), afirma que: uma viúva idosa dificilmente estará em ambientes ou situações de possível conflito letal, mas é altamente vulnerável, o que possivelmente explica o aumento na taxa de morte por homicídio de mulheres com idades acima de 50 anos. Já um jovem de sexo masculino talvez não seja tão vulnerável, mas está com frequência em situações de risco, que podem variar de brigas de bar até o engajamento em uma carreira criminal, onde o conflito é possível. Esta condição de risco do jovem masculino em se tornar vítima de homicídio pode ser visualizada no gráfico 7 construído por Soares (2007), em que o autor analisa as taxas de homicídio para homens com idade entre 14 a 55 anos e 5 faixas de escolaridade. Essas faixas de escolaridade se dividem da seguinte forma: 1ª faixa sem nenhuma escolaridade; 2ª faixa entre 1 a 3 anos de escolaridade; 3ª faixa entre 4 e 7 anos de escolaridade; 4ª faixa entre 8 a 11 anos e 5ª faixa com 12 ou mais anos de escolaridade.

Conforme pode ser verificado no gráfico 7, é perceptível que entre 16 e 35 anos, a taxa de homicídios é bastante elevada. No entanto, o que mais impressiona é a diferença entre as

taxas de homicídios de jovens entre 16 e 35 anos com escolaridade de 1 a 3 anos e as taxas de homicídios de jovens de 16 a 35 anos sem nenhuma escolaridade. A diferença entre essas duas classes é quase o dobro. Além disso, percebe-se pelo gráfico 7 que quanto mais idade tem a pessoa e quanto maior o nível de escolaridade, a taxa de homicídio tende a diminuir.

Gráfico 7 – Taxas de homicídios por idade simples e escolaridade – Homens. Brasil, 2000



Fontes: SIM (2000) e Censo Demográfico (2000).

(Apud Soares (2007), p. 19)

Fonte: SIM (2000) e Censo Demográfico (2000).

Segundo o IBGE (2004), o Rio de Janeiro apresentou, em 2004, 4,8% de analfabetismo, sendo esta a quarta menor taxa do país. Não obstante, o estado, em 2003, teve um registro de 40,5 homicídios para cada cem mil habitantes – 2º maior índice de homicídios dolosos no Brasil. Outros estados como São Paulo também apresentaram números parecidos. São Paulo, que em 2003, obteve um registro de 28,3 homicídios por cem mil habitantes, em 2004 registrou uma taxa de 5,5% de analfabetismo. No geral, a região Sudeste apresentou a segunda menor taxa de analfabetismo do país, com 6,6%, porém, mesmo assim foi a primeira no nível de homicídios.

Ou seja, o fato de uma região estar alfabetizada não necessariamente significa dizer que o nível de criminalidade seja baixo. É preciso analisar cada fase da educação, para ver aonde se encontra a maior parte do problema.

É perceptível, entretanto, conforme mostra o gráfico 7, que existe um certo tipo de padrão quanto ao nível educacional dos atores criminais. A diferença das pessoas que possuem de 1 a 3 anos de escolaridade e das pessoas que possuem outro nível educacional é enorme, o que mostra que essa área do ensino fundamental deve ser tratada com mais importância. Se, nessa fase, não for dado um preparo eficiente tanto da escola como, principalmente, da família, a probabilidade de essa criança crescer desregrada é muito grande.

Segundo Alves (2007), o ciclo de marginalização começa na infância. Por isso, tanto o Estado quanto a família e a sociedade devem, em conjunto, dar prioridade ao atendimento integral do período do pré-natal até o primeiro emprego.

De acordo com dados do IBGE, em 2007, o Brasil obteve um registro de 11,5 milhões de crianças de 0 a 3 anos, porém, apenas 13% delas estavam, na época, frequentando creches, o que, segundo Alves (2007), é um percentual baixo. Já em relação aos adolescentes ocorre o efeito contrário, 81% dos adolescentes com idades entre 15 e 17 anos frequentam a escola, segundo o IBGE (2007). Porém, mesmo sendo um percentual alto, Alves (2007) diz que não é algo que deva ser comemorado. Tendo em vista a má qualidade do ensino e a situação social deficitária de muitos alunos que acabam por prejudicar em grande escala o aprendizado, formando uma defasagem no ensino e ocasionando uma futura evasão escolar.

Diante disso, tem-se falado na redução da idade penal como medida contra a criminalidade, haja vista a inicialização desses adolescentes no mundo do crime. Alves (2007, p.2 e 3) destaca 5 pontos para serem considerados na discussão sobre redução de idade penal:

- i. O Brasil tem em torno de 60 milhões de crianças e adolescentes, sendo que 21 milhões vivem abaixo da linha de pobreza. São 25 milhões de pessoas entre 12 e 16 anos no País e apenas 0,2% é que cometeram crimes.
- ii. Um levantamento da Secretaria de Segurança Pública de São Paulo, divulgado no final de 2003, mostrou que os adolescentes são responsáveis por apenas 1% dos homicídios praticados no estado e por menos de 4% do total de crimes.
- iii. A reincidência nos presídios brasileiros chega a 70%. No sistema de internação de adolescentes, apesar dos problemas, a reincidência fica em torno de 30%.
- iv. Outro argumento dos que defendem o rebaixamento da idade penal é que adultos utilizam as crianças e adolescentes para a execução de crimes. Nesses casos temos que punir mais

gravemente quem os utiliza e não quem é utilizado. Se também levarmos em consideração esse argumento, a idade penal seria reduzida para 16 anos.

- v. Alguns Países que reduziram a idade penal em 2003, como a Espanha e a Alemanha, verificaram um aumento da criminalidade entre os adolescentes e acabaram voltando a estabelecer a idade penal em 18 anos e, ainda, um tratamento especial, com medidas sócio educativas, para os jovens de 18 a 21 anos. (ALVES, 2007, pg. 2-3)

Quanto aos investimentos com a educação, Pereira (2006) com base em dados da Unicef deste mesmo ano, assimila que em termos de gasto público em educação por estudante, como percentagem do PIB per capita, o Brasil, com 14%, fica atrás dos países ricos (25% nos Estados Unidos, 24% na Alemanha e 20% no Japão), mas está próximo do nível médio das nações latino-americanas — 15% na Argentina, 17% no México, 9% no Peru, 12% no Uruguai e 20% na Colômbia.

Ainda segundo Pereira (2006), além do baixo gasto com educação, ao verificar o fator qualidade, verifica-se que os indicadores educacionais brasileiros são da mesma forma abaixo das expectativas. Nos exames internacionais Pisa, que comparam o desempenho educacional de vários países ricos e alguns em desenvolvimento, o Brasil foi último uma vez e penúltimo na outra, com desempenho particularmente ruim em matemática.

Por fim, Pereira (2006) afirma que o governo brasileiro, entretanto, possui metas em relação à melhora na educação: até 2022, 98% das crianças e jovens brasileiros de 4 a 17 anos devem frequentar a escola; 95% dos jovens brasileiros, quando fizerem 16 anos, devem ter completado o ensino fundamental (destes, 90% sem nenhuma repetência); 90% dos jovens brasileiros, na data do seu aniversário de 19 anos, deve ter completado o ensino médio (destes, 80% sem nenhuma repetência); toda criança de 8 anos deve estar alfabetizada; 95% dos alunos deve estar acima do nível básico e 75% acima do nível satisfatório do Sistema de Avaliação do Ensino Básico (Saeb).

Em 2005, a Unesco fez uma pesquisa em todos os estados do Brasil e constatou que diversas vezes a escola mais exclui do que inclui. De acordo com o levantamento feito, 21% das crianças e adolescentes que estavam fora da escola já tinham abandonado o ensino anteriormente. Outros 14% já tinham deixado os estudos por três ou mais vezes. Quanto ao ensino universitário, apenas 31% dos jovens com idades entre 18 e 24 anos têm possibilidade de ingressar em uma universidade. Em contraste com o deficitário sistema educacional no País aparecem as prisões.

Manter alguém na prisão é a forma mais cara de tornar a pessoa pior. O colapso prisional é reflexo da crise educacional e social que vive o Brasil. Quanto menos escolas e universidades são construídas hoje, mais presídios terão que ser construídos. Primeiro temos que considerar que é uma grande contradição prender alguém para ensinar essa pessoa a viver em liberdade (ALVES, 2007, pg. 1).

Ainda segundo Alves (2007), no Brasil, cerca de 340 mil pessoas adultas estão em custódia nas prisões. São 15 mil os adolescentes que estão cumprindo medida socioeducativa de internação. Um fato que comprova a relação entre criminalidade e educação é que, segundo os dados educacionais desses adolescentes, 51% não frequentavam a escola e 90% sequer concluíram o ensino fundamental.

Além disso, outro fator que mostra o quanto a educação é importante frente ao sistema prisional é o custo mensal do governo por preso. De acordo com Alves (2007), em média, cada indivíduo que se encontra preso gera despesa de aproximadamente R\$ 1.100 por mês aos cofres públicos no sistema adulto e R\$ 2.300 mensais para cada adolescente internado. Já estudos feitos pelo Ilanud (Instituto das Nações Unidas para a Prevenção do Delito e Tratamento do Delinquente), constataram que uma criança na escola pública custa, em média, R\$ 700 por ano ao Estado. Além disso, o Brasil gasta 10% do Produto Interno Bruto (PIB) com segurança pública e privada, de acordo com estudos realizados no começo da década pela Fundação Getúlio Vargas (FGV). No entanto, investe menos de 4% do PIB em educação, conforme o próprio Ministério da Educação.

Como conclusão, Alves (2007) mostra que a prioridade para a prevenção da criminalidade deve estar envolta, portanto, na alta qualidade do sistema educacional brasileiro, que deve começar pela infância. Quanto ao sistema prisional, se percebe que o mesmo não traz o resultado esperado e que a redução da idade penal não reduziria a criminalidade em proporções satisfatórias.

Porém, essa educação que reduz a criminalidade deve ser incentivada e priorizada desde a infância. Um dos pontos que Soares (2007) levantou é a permanência da criança na escola. Para ele, é de grande importância que a criança não saia da escola, mesmo que não esteja aprendendo as disciplinas conforme os objetivos pré-estabelecidos, afinal de contas, só o fato de a criança estar na escola é algo que deve ser considerado, já que ela está se socializando e tendo a oportunidade de aprender. Entretanto, mais do que a escola, o papel socializador e a função de educar dependem, principalmente, da família. Uma criança que nasce sem a base sólida de uma estrutura familiar, a probabilidade que esta criança tem de no futuro ter problemas com valores éticos e morais, é muito grande.

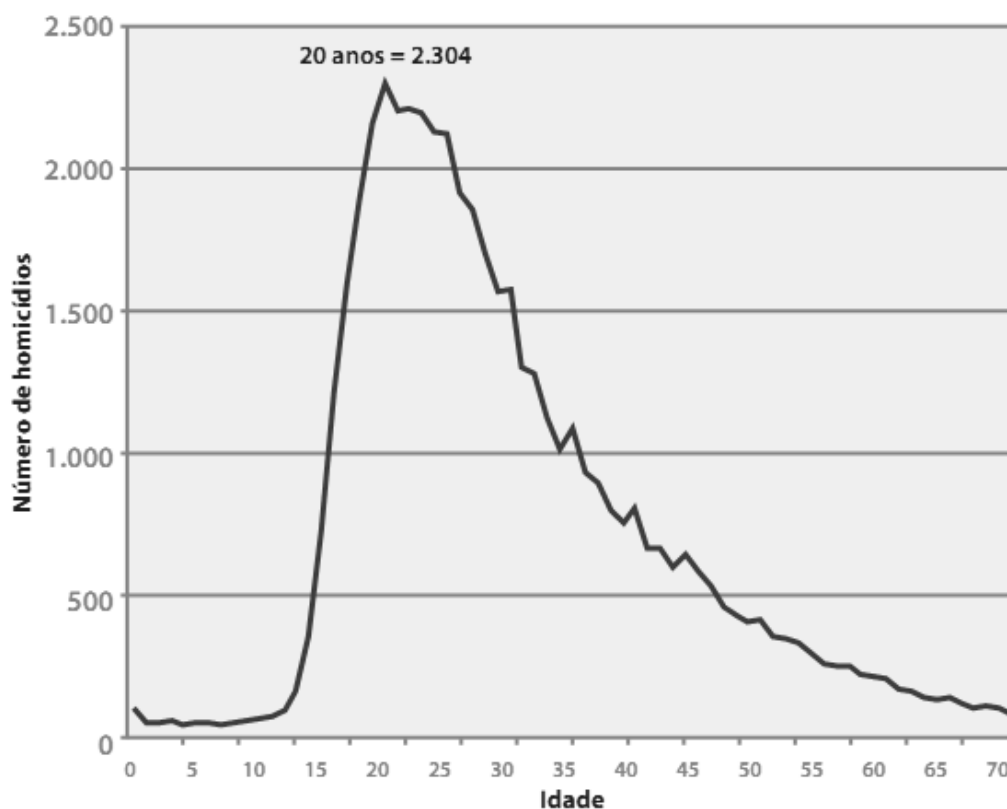
Especialistas concordam num ponto. A educação, por si só, não resolve o problema da alta criminalidade. Precisa estar acompanhada de outras políticas federais de segurança pública. A educação, portanto, serve para ser um instrumento para moldar as atitudes de cada indivíduo. Segundo Pereira (2006) a revolução educacional necessária dependerá bem mais de melhoras radicais de gestão do que da injeção de novos recursos — embora esta última possibilidade também não deva ser descartada. Como o próprio Soares diz: “não se trata apenas de aprender a ler e escrever: é questão de vida e morte” (SOARES, 2007, pg. 29).

4.2 O Fator Idade

De acordo o IBGE (2008), a taxa marginal de crescimento populacional vem diminuindo nas últimas décadas. Além disso, a taxa de mortalidade da população total brasileira passou de 633 em 100 mil habitantes, em 1980, para 568, em 2004. Essas são informações que poderiam ser comemoradas. No entanto, mesmo com esses aparentes bons resultados, a taxa de mortalidade juvenil praticamente não se alterou durante todo esse período, aliás, teve, ainda, um aumento, passando de 128, em 1980, para 133 a cada 100 mil jovens, em 2008. Neste contexto, segundo o SIM, enquanto em 1980 as “causas externas” foram responsáveis por 52,9% do total de mortes dos jovens do país, em 2004 esse percentual se elevou para 72,1%.

Conforme se verifica no gráfico 8, até 12 anos de idade, o número de vítimas é baixo. Entre 0 a 12 anos, tem-se uma média de 32,6 vítimas no ano e a partir dos 13 anos, a quantidade de vítimas de homicídio vai aumentando rapidamente, até atingir o pico de 2.304 vítimas na idade de 20 anos. A partir desse ponto, o número de homicídios vai caindo lenta e gradativamente.

Gráfico 8 - Número de homicídios por idade. Brasil, 2008



Fonte: SIM/SVS/MS

Apud. Mapa da Violência 20011, p.52
 Fonte: SIM/SVS/MS.

Diante disso, outras observações ainda podem ser feitas. De acordo com dados do Dieese, em 2006, no Brasil, 45% das pessoas que se encontravam desempregadas possuíam idade entre 16 e 24 anos. Além disso, a OIT (Organização Internacional do Trabalho) informa que entre 15% e 20% dos 70 milhões de jovens latino-americanos também estão desempregados. No estado de São Paulo, dos jovens que possuem alguma ocupação, menos de 30% conseguem conciliar o estudo e o emprego. A maioria apenas trabalha. E para piorar a situação, aproximadamente oito milhões de jovens nem estudam nem trabalham.

Outro fator que chama a atenção é que, conforme a Secretaria Especial dos Direitos Humanos (SEDH), em 2007, 90% dos adolescentes brasileiros que foram internados porque fizeram algum crime não terminaram o Ensino Fundamental.

Com relação à renda da população jovem, conforme Silva (2007), quase 70% dos jovens brasileiros vive em famílias com renda per capita inferior a um salário mínimo. Dentre eles, cerca de 4 milhões de jovens são de famílias com renda per capita de até $\frac{1}{4}$ do salário mínimo. Além disso, a juventude brasileira atual é predominantemente urbana: 84% dela vivem nas cidades e 31% em regiões metropolitanas. A situação da pobreza não só entre os

jovens, mas de toda a população é algo que também deve ser analisado mais criteriosamente. Por exemplo: em São Paulo, o número de jovens que moram na periferia chega a atingir quase 70%. Além disso, 41% das moradias do país são “precárias”, o que significa aproximadamente 20 milhões de casas para cerca de 70 milhões de pessoas. Essa situação precária da população contribui, e muito, para a deterioração das perspectivas de vida de cada jovem que vive essa realidade. O crime, muitas vezes, é a “melhor” solução em curto prazo para resolver seus problemas de renda.

Desde 1990 existe no Brasil o ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente) e desde 1993, o LOAS (Lei Orgânica da Assistência Social). O ECA tem por objetivo redefinir o método, conteúdo e gestão das políticas de atendimento à criança e ao adolescente. O ECA também formou Conselhos de Juventude em alguns estados. Já o LOAS tem como política pública, o amparo à infância e adolescência em caso de carência, proteção à família e maternidade, projetos de enfrentamento à pobreza, entre outros.

Além disso, há, também, de acordo com Carvalho (2006), outras atitudes de organizações voltadas para este mesmo fim, como por exemplo: Orçamento Participativo da Juventude, Fórum de Juventude, Congressos de Juventude, Movimento Jovem, Núcleos de Estudos e Pesquisa da Juventude, Organização Ibero-americana da Juventude, entre outros.

Segundo este mesmo autor, neste contexto, há uma contradição entre a criminalidade juvenil e as políticas públicas utilizadas pelo governo com o objetivo de diminuir os problemas sociais. Por um lado, há um crescente número de ações públicas voltadas para a juventude. Por outro lado, aumenta, também, a vulnerabilidade juvenil diante da criminalidade. Como isso é possível? Se há mais ações do Governo com metas para ajudar a juventude, porque isso acontece? Diante disso, cabe a seguinte pergunta: de que forma o Estado observa a juventude? Se por um lado, o Estado é responsável por diminuir o desemprego, conquista de direitos e inclusão social, por outro lado deve, também, combater a violência, drogas, AIDS e outros males que assolam a sociedade.

Uma possível solução para o problema em questão poderia se dar apenas no aumento da punição, por exemplo, seja ela física ou moral. Neste caso, a redução da idade penal seria uma boa ideia para estas pessoas. Porém, ainda segundo Silva (2007), a quantidade de adolescentes presos no Brasil aumentou 363% na última década. No Nordeste a taxa passou de 500%. Ou seja, prendeu-se mais, no entanto, a criminalidade juvenil não diminuiu. Portanto, discutir a redução da maioridade penal como um bom argumento para diminuição da criminalidade, é uma falácia. É uma tentativa imediatista que não resolve o problema na sua raiz. “Pensar a questão do jovem infrator exige um esforço multidisciplinar e uma

reflexão cuidadosa para não cairmos em juízos apressados e falsas soluções” (CASOY, 2010, p.20).

Conforme mostra Casoy (2010), diante da problemática criminalidade, que tanto assola a juventude, algumas perguntas ficam evidentes: Na verdade, o problema está no sujeito ou no sistema social ou ainda no sistema penal? De quem é a culpa? Existem sinais que a sociedade pode perceber num jovem que o levaria a, futuramente, cometer algum crime? Instituições de sistema de internação conseguem, realmente, reintegrar o jovem à sociedade ou acaba produzindo mais desigualdade social à medida que rotula os internos como criminosos em sua comunidade?

Segundo o Dr. James Garbarino, especialista em desenvolvimento infantil, diz que o fato de uma pessoa ser exageradamente antissocial, pode gerar problemas futuros e fazer com que essa pessoa entre para a criminalidade. Isso, é claro, se não houver nenhuma intervenção externa neste processo.

No entanto, é perigoso afirmar que a criminalidade é fruto da personalidade, quando na verdade, segundo Casoy (2010), é a exclusão da sociedade que torna a pessoa mais perigosa, alterando, até, características da personalidade, fazendo dos infratores “inimigos da Sociedade e do Estado”.

Ainda segundo Casoy (2010), a segurança pública visando o aumento de punição é fruto do efeito midiático de emergência e de ganhos políticos. Não enfrenta o problema atacando sua raiz para construir, a partir daí, uma base sólida com novas ideologias.

Entretanto, para que se possa alcançar a base do problema, é necessário utilizar de ferramentas teóricas para que o objetivo possa ser alcançado. Pensando nisso, o Instituto Sangari, em conjunto com o Ministério da Justiça desenvolveu o Índice de Vitimização, que tem por objetivo verificar até que ponto existe concentração de homicídios na faixa jovem da população. Esse índice resulta da relação entre a taxa de mortes por homicídio da população jovem (15 a 24 anos) e as taxas correspondentes ao restante da população – considerada não jovem.

Conforme indicado por Waiselfisz (2011), o resultado do Índice de Vitimização é o descrito a seguir:

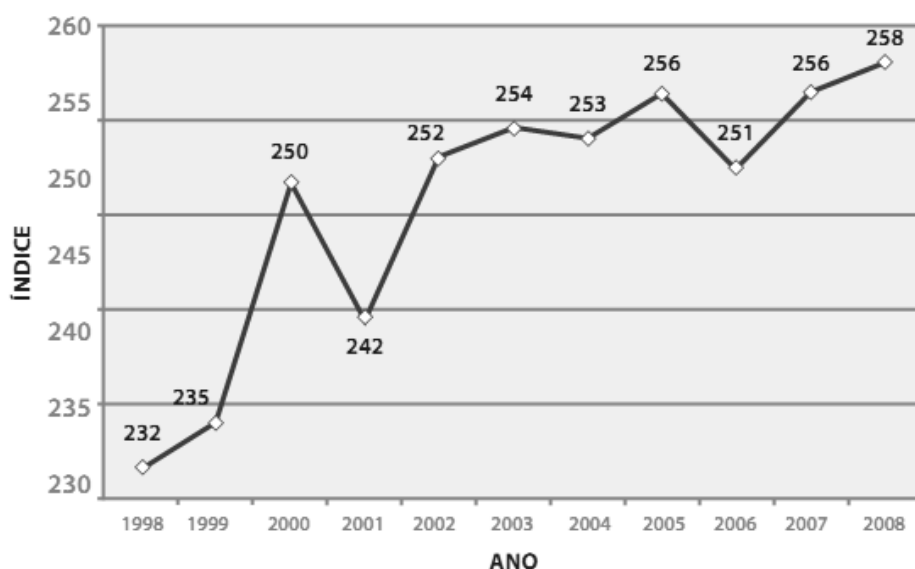
Tabela 9 Taxas de Homicídio Jovem (15 a 24 anos), Não Jovem e Índice de Vitimização Juvenil por Homicídio. Brasil, 2008

INDICADOR	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
TAXA JOVEM	47,7	48,5	51,4	52,3	55,0	56,1	52,4	50,9	51,4	50,1	52,9
TAXA NÃO JOVEM	20,6	20,7	20,5	21,6	21,8	22,1	20,7	19,9	20,5	19,6	20,5
ÍNDICE DE VITIMIZAÇÃO	232	235	250	242	252	254	253	256	251	256	258

Fonte: SIM/SVS/MS

Apud WASELFISZ (2011)

Gráfico 9 Índice de Vitimização Juvenil (15 a 24 anos). Brasil, 1998/2008



Fonte: SIM/SVS/MS

Apud. WASELFISZ (2011)

Conforme observado no gráfico 9, o processo de vitimização juvenil só aumenta. Em 2008, por exemplo, teve-se duas vezes e meia mais homicídios juvenis do que nas restantes faixas etárias.

Segundo Novaes:

O desafio de hoje é combinar mecanismos de transferências de renda, acesso à educação de qualidade, expedientes que facilitem o ingresso no mercado de trabalho, capacitação e apoio para novas ocupações de geração de renda e ainda atividades comunitárias que favoreçam a construção de laços afetivos. (NOVAES, 2003. pg. 126)

As políticas públicas atuais voltadas para a juventude mostram que entre o “dever” e o “fazer” por parte do Estado ao jovem, há uma distância muito grande. Isto é comprovado através da vulnerabilidade à violência e da exclusão social da juventude brasileira. Ou seja, dizer que as políticas públicas à juventude estão previstas no orçamento do governo não subteme a realização destas políticas. “Repensar o conceito de juventude para além dos

limites da faixa etária (15 a 17 anos) pressupõe repensar a própria condição juvenil como materializada no cotidiano” (CARVALHO, 2006, p. 216)

4.3 A renda como influenciador e como fator influenciado da criminalidade

Segundo Ehrlich (1973), a criminalidade é fruto de um modelo de decisão que se baseia na racionalidade humana. Ou seja, um indivíduo, quando comete um crime, ele faz um cálculo, mesmo que impensado, da otimização da utilidade do crime. O mesmo verifica o custo de oportunidade e se entender que é mais vantajoso cometer o crime, então a atividade ilegal é exercida. Nesse contexto, a desigualdade de renda parece estar encaixada no modelo haja vista que quanto mais desigual for a sociedade, mais “recompensador” pode ser o crime.

Entretanto, segundo ZALUAR *et al* (1994), a relação entre pobreza e violência é uma “verdade” que precisa ser melhor explicada. O fato é que, conforme observado nos dados históricos do Brasil, percebe-se que não necessariamente as regiões mais pobres são as mais violentas e vice-versa.

No estudo realizado por esses autores, analisando a relação entre pobreza e criminalidade para a década de 1980 e início da década de 1990, observou-se, que em alguns estados, como por exemplo, Piauí, que tem uma população relativamente pobre em comparação com os demais estados, a taxa de homicídios estava bem baixa. Já outros estados como Rio de Janeiro e São Paulo, que são referências financeiras do país, estavam entre os que têm as taxas de homicídios mais altas do Brasil.

Dessa forma, ZALUAR *et al* (1994) afirmam, então, não haver associação entre homicídios e pobreza, visto que, conforme estudo empírico, não há um padrão de comportamento entre essas variáveis. A relação de pobreza pode estar vinculada ao crime contra o patrimônio, entretanto não tem relação com a morte através do homicídio.

Ainda com relação à renda e ao crime, Resende (2011) verificou que nos dados agrupados existe correlação positiva com a criminalidade tanto na desigualdade de renda quanto no percentual de famílias fragilizadas e ainda na qualidade da polícia militar e no percentual de jovens na escola. Já a densidade populacional e a pobreza apresentariam correlação negativa.

Entretanto, quando os dados são desagrupados, percebe-se uma pequena alteração nos testes. Segundo Resende (2011), em relação aos crimes contra a propriedade (furtos e roubos), os modelos mostraram que os estimadores são significativos e robustos, ou seja, revelaram

que a desigualdade de renda tem influência direta na ocorrência desses atos ilegais. Porém, em relação a crimes contra a vida ou contra a pessoa (homicídio, estupro, lesão, tentativa de homicídio), os modelos revelaram que a desigualdade de renda tem relação direta nos casos de homicídios, porém em outros crimes como estupro, lesão corporal e tentativa de homicídio, a desigualdade de renda não influencia significativamente.

A desigualdade de renda, por induzir um aumento da criminalidade, deve deixar de ser encarada apenas como um problema de natureza moral, à medida que também gera perdas reais e potencialmente mensuráveis de bem-estar social (RESENDE, 2011, p. 191).

Para Zaluvar *et al* (1994), o principal motivo pelo qual os jovens, em especial, cometem homicídios é devido ao tráfico de drogas e de armas. Juntando-se os problemas de desemprego, má qualidade da educação, falta de programas sociais e falta de uma estrutura familiar sólida, as drogas acabam por se tornar um caminho viável para se escolher. Portanto, a pobreza em si não gera crime contra a vida. O que torna uma pessoa disposta a matar, são, na maioria das vezes, o uso e o tráfico de drogas.

Segundo Luhnnow (2010) desde 2006, no México, estima-se que aproximadamente 31.000 pessoas foram mortas devido ao narcotráfico, sendo que só em 2010 foram 11.000 mortes. Também segundo este mesmo autor, diversas empresas estão deixando de instalar suas fábricas no México em consequência da violência, principalmente do narcotráfico. Empresas como Electrolux, Terexcorp., Owens-IllinoisInc., entre outras, estão receosas em deixar seus funcionários em alto risco.

De acordo com Casillas (2009), economista-chefe do J.P. Morgan no México, a violência das drogas custou cerca US\$ 4 bilhões em investimento estrangeiro direto que o México deixou de receber. Com menos investimento estrangeiro direto, diminui a quantidade de emprego e o governo tem que fazer alguma coisa para não deixar a Economia a mercê de um grande problema em potencial.

A violência no México e em outros lugares do mundo, inclusive no Brasil, desenvolvida principalmente pelas brigas dos traficantes de drogas, mostra que, além de ser um problema social, a criminalidade é, também, um problema econômico e que deve ser tratado com mais prioridade.

4.4 As drogas e o crime

Segundo Francisquinho e Freitas (2008), em Londrina-PR, entre os anos 2004 e 2007, em 60% dos crimes que a Polícia Civil investigou, havia uma relação direta entre os crimes e o uso ou ao tráfico das drogas. De acordo com a Delegacia de Homicídios, 55% dos 433 homicídios ocorridos até 23 de dezembro de 1998 envolveram o uso ou a venda de drogas.

Para Chalub (2006), a grande maioria de estudos voltados para a relação entre drogas e criminalidade, afirmam que há, sim, uma correlação entre transtornos desenvolvidos por efeitos de drogas e a criminalidade. Como confirmação, é possível verificar que existe uma grande quantidade de atos violentos quando o álcool ou as drogas ilícitas estão presentes entre agressores, suas vítimas ou em ambos.

Ainda segundo esse mesmo autor, no ano de 1985, o tráfico e o uso de drogas geraram o triplo de condenações em comparação com os 20 anos anteriores. E para piorar, nos anos 1990, esse aumento de condenações também alcançou as regiões interioranas, principalmente aquelas que faziam parte da rota do tráfico. Quando esse problema é remetido em nível nacional, se observa que no Brasil, como existe uma proximidade geográfica com a Colômbia - referência do narcotráfico - o país é visto pelos traficantes como uma ótima opção para aumentar suas receitas através do crime. A partir do momento que é verificado essa boa possibilidade de obtenção de lucro através do crime, o aumento da violência é consequência. “Para sustentar o vício, os indivíduos se predispõem a cometer crimes de motivação econômica, e na maioria das vezes, com violência por conta do uso da droga” (FRANCISQUINHO 2008, p. 22).

Dessa forma, quanto mais aumenta a violência, maior é gasto para os cofres públicos, haja vista que, com menos violência, esse dinheiro utilizado para combater o crime, poderia ser utilizado para aumentar o investimento na saúde, educação, geração de empregos.

Em 2004, a OMS realizou uma pesquisa em 14 países, com o objetivo de analisar as doenças psiquiátricas. Foi constatado que os diagnósticos psiquiátricos mais comuns foram depressão (10,4%), ansiedade (7,9%) e transtornos do uso de substâncias psicoativas (2,7%). A ansiedade e depressão foram encontrados mais nas mulheres, já nos homens foram encontrados mais focos de transtornos devidos a essas substâncias psicoativas.

Além disso, segundo Chalub (2006), na cidade de Pereira, na Colômbia, foi encontrado uma relevante porcentagem de consumo de álcool e drogas entre os homicidas: 35,9% dos homicidas estavam sob o efeito de álcool, quando os fatos aconteceram e 24% das vítimas haviam consumido alguma substância (73% álcool e 27% cocaína).

Outro exemplo que o autor menciona é a cidade de Curitiba. Depois de analisados 130 processos de homicídio julgados nos Tribunais do Júri do Estado do Paraná, achou-se uma relação de 58,9% dos homicidas sob efeito de álcool e 53,6% das vítimas também sob efeito do álcool à época do delito.

Por fim, chega-se a conclusão de que os efeitos do uso em demasia das drogas geram conflitos familiares ocasionando, muitas vezes, o rompimento da estrutura familiar e o enfraquecimento da sociedade, tendo em vista que ocorrem perdas econômicas com os custos de saúde e o aumento da ilegalidade e do crime.

5. EXPERIÊNCIAS E ALTERNATIVAS

5.1 O caso da Colômbia

Historicamente, Bogotá, a capital da Colômbia, tem uma infeliz fama de ser uma das cidades mais violentas do mundo. Para ter uma ideia, em 1990, segundo Carvalho (2001), se registrou nesta capital, um total de 83 homicídios para cada cem mil pessoas, número muito além do que é considerado aceitável. 10 anos depois, o índice foi para 34,8 homicídios para cada cem mil habitantes. E da última década em diante, este número vem decrescendo cada vez mais. Inclusive, Bogotá, atualmente, está, no ranking de homicídios, abaixo de outras importantes capitais envolvidas com esse problema, como São Paulo, Washington, Rio de Janeiro, entre outras.

Ainda segundo Carvalho (2001), em números absolutos, o ápice da quantidade de homicídios no país foi em 1990 em que 28.516 casos foram registrados. Então, a partir deste ano, o governo, em conjunto com os departamentos de segurança e com a ajuda da sociedade, começou a formar projetos e políticas a fim de estancar essa grande contingência de homicídios e tentar diminuir essas ocorrências.

Portanto, desde a década de 1990, o que se viu em Bogotá a respeito do combate à criminalidade foi uma ação conjunta entre sociedade, governo, mídia, departamentos de segurança pública e departamentos de ajuda social, todos em busca de um mesmo objetivo.

Segundo Velasquez (2004), na maioria dos países a segurança pública atende mais a segurança nacional, quando, na verdade, deveria atender a segurança cidadã. Ou seja, para ele é necessário descentralizar as prioridades da segurança pública e fortalecer os municípios para que estes possam ter maior autonomia quanto ao combate ao crime.

O mais grave a respeito do que se disse anteriormente é o fato de que as autoridades ainda pretendem responder aos problemas atuais que afetam a convivência e a segurança cidadã, partindo dos princípios e pressupostos dessa doutrina, mediante uma centralização excessiva nas mãos do executivo nacional, desconhecendo que as manifestações de insegurança possuem características locais (VELASQUEZ, 2004, p. 181).

Entretanto, antes de se fazer qualquer tipo de análise ou comentário, é importante compreender do que se trata essa segurança cidadã. Quanto a esse conceito, Velasquez (2004) diz que é a segurança que o Estado proporciona ao cidadão, que traz para este, uma maior possibilidade de desenvolvimento social e familiar. Porém, o que diferencia a segurança cidadã ou segurança humana da segurança pública nacional é o fato de que a primeira está

vinculada às autoridades locais, sendo estes, órgãos com autonomia para desenvolver e implantar políticas próprias que objetivem o combate à criminalidade.

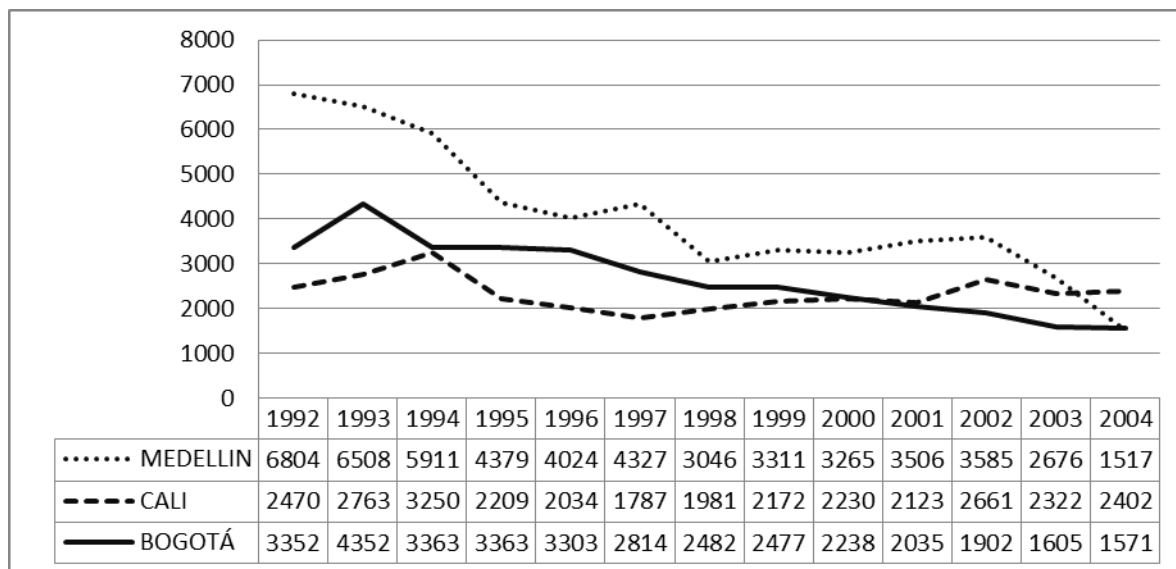
Segundo esse mesmo autor, por autoridade local entende-se ser aquelas que estão mais próximas do dia-a-dia do indivíduo. Considerando isto, que as autoridades locais possuem maior relação de proximidade com os cidadãos, Velasquez (2004) menciona que a segurança deve ser focada por região, deixando as autoridades nacionais para fixar as linhas gerais de ação, como ele mesmo relata.

Quanto aos resultados obtidos na cidade de Bogotá, podem ser destacados os seguintes: i) diminuição do índice de homicídio: de 80 homicídios a cada 100.000 habitantes em 1993 para 23 em 2003, que em números absolutos foi de 4.352 homicídios em 1993 para 1.610 em 2003; ii) redução dos óbitos por acidente de trânsito: de 25 a cada 100.000 habitantes em 1995 para 8,7 em 2003; e iii) decréscimos de outros delitos: entre 1998 e 2003, as demais infrações reduziram suas taxas em torno de 40%.

No entanto, para que esses resultados pudessem ser obtidos, o trabalho realizado pelo governo e pelos órgãos responsáveis não se deu de um dia para o outro. Foram pelo menos três gestões municipais para que as boas consequências aparecessem. Dentre muitas outras pessoas que merecem destaque, os prefeitos Antanas Mockus e Paul Bronberge (1995-1997), Enrique Peñalosa (1998 - 2000) e Antanas Mockus (2001-2003) devem ser mencionados por estarem à frente deste projeto. Este trabalho em conjunto com as várias gestões comprova que o combate à criminalidade não deve ser prioridade de governo, mas sim, preocupação e prioridade de Estado.

Após essas três gestões de prefeitura, em que o plano de combate ao crime já estava estabelecido e que o governo já colhia os frutos do trabalho realizado desde 1995, o que se observa historicamente, é que o nível de homicídios diminui cada vez mais. Se em 1993, Bogotá relatou 4.352 homicídios, em 2004, após os planos de combate ao crime terem sido colocados em prática, o número de homicídios se reduziu a 1.582 em 2004. O gráfico a seguir mostra essa evolução no período de 1992 a 2004.

Gráfico 10 Comportamento dos Homicídios Comuns na Colômbia (comparativo entre as capitais mais importantes). Colômbia, 1992-2004.



Fonte: Instituto de Medicina Legal e Ciências Forenses 1985 - 2004. Promotoria Geral da Nação. Colômbia. Polícia Nacional.
Apud: VELASQUEZ, Hugo Acero. Os Governos Locais e a Segurança Cidadã. p. 194

Identifica-se no gráfico que embora Medellín possuísse os mais elevados patamares de homicídios em 1992/1993, a queda foi acentuada e atinge o mínimo em 2004, abaixo de Cali que já possuía números relativamente baixos de homicídios. No entanto, não há, no gráfico, como fazer uma correlação entre as cidades, já que não há dados para homicídios para cada 100 mil habitantes. É válido analisar o gráfico, porém, para demonstrar a queda da quantidade de homicídios em cada um dos municípios.

De acordo com os dados já apresentados na elaboração deste trabalho, se percebe que o objetivo vem sendo alcançado, ou seja, a Colômbia, hoje, é o exemplo a ser seguido no que diz respeito ao combate ao crime. Os números mostram isso. Resta saber, agora, como se deu esse processo de melhora.

Uma das primeiras atitudes tomadas pelo governo foi colocar novamente na cultura da sociedade a ideia de ver na polícia uma instituição que tem como principal papel, proteger a população. Ou seja, o governo quis devolver à população a confiança na polícia, que até 1990 estava prejudicada. Conforme observado por Carvalho (2001), se em 1995, apenas 13% dos cidadãos confiavam na polícia, em 2001 aproximadamente 78% da população tinham confiança na instituição. Confiabilidade esta que se equivale à confiança na igreja e na educação. Atitudes como melhorar a imagem do policial na mídia, envolver a polícia em trabalhos sociais para ficar mais perto da sociedade, são exemplos de formas para tentar devolver a confiança da polícia na sociedade.

Ainda segundo Carvalho (2001), outro passo que o Estado tomou – e isso em três gestões diferentes de governo – foi a realização de um plano de metas. Seus objetivos eram os seguintes: i) reduzir a média de 11 mortes violentas diárias a 7; ii) reduzir em 10% os delitos de maior impacto social; iii) aumentar em 20% a percepção de segurança entre os cidadãos.

Conforme Carvalho (2001), além de tentar aproximar o policial do cidadão, a prefeitura também disponibilizou os recursos materiais que seriam necessários, tais como novas viaturas, melhoria do sistema de comunicação por rádio, entre outros. Além destas medidas, o plano de segurança basicamente consiste em outras providências: inicialmente, repressão dura da polícia contra os marginais e, posteriormente, investimento em infraestrutura.

Carvalho (2001) ainda mostra que quanto à parte de prevenção da criminalidade, a prefeitura de Bogotá oficializou 2 programas, que são: i) as unidades de mediação e conciliação; ii) os comitês de violência familiar. Dentro desses dois programas, encontram-se algumas metas que o governo desenhou, que são as seguintes: fazer mais parques públicos para aproximar o contato da população entre si; fazer o fechamento mais cedo das casas noturnas, à uma hora da manhã; programas de prevenção de acidentes de trânsito, através de propagandas na televisão, no rádio, e nas próprias rodovias; controle de condutores embriagados, uso de jaleco numerado pelos motociclistas; e, por fim, um eficiente programa de desarmamento. Por fim, e não menos importante, foi criado, também um amplo sistema de tratamento de dados, o Sistema Unificado de Informação e Violência e Delinquência, em que a Prefeitura, a Medicina Legal e a Polícia Metropolitana fazem parte.

Outro fator, segundo Carvalho (2001), que foi influenciador na redução da criminalidade, foi a nova visão de presídio. O Cárcel Distrital é um exemplo disso. O local é um presídio voltado para o público considerado de baixa periculosidade, onde os presos são tratados com dignidade e respeito. Segundo Hugo Acero, Subsecretário de Assuntos para a Convivência e Cidadania em Bogotá, a respeito da formação desses presídios: “muitos deles vão continuar delinquentes, mas queremos que o façam com menos violência, que percebam no outro o sentido do afeto, que também existe neles mesmos, e desistam de atos brutais.”

Segundo o subsecretário Hugo Acero (1995), a igreja também foi de extrema importância para que os programas dessem certo nas comunidades. Isso porque, para ele, os traficantes respeitam mais aos padres ou outro líder religioso do que às autoridades.

No entanto, como mostra Carvalho (2001), para combater a criminalidade não basta apenas criar mecanismos para estancar o problema momentaneamente. É necessário que uma nova cultura, um novo aprendizado seja formado. Essa tentativa de mudança de cultura

começou a ser escrita por um grupo de pessoas da própria Secretaria da Cultura com atitudes como a proibição do consumo de álcool em qualquer show público; realização de dramatizações sobre questões referentes ao trânsito; lei seca de áreas de alta criminalidade; restrição de menores na rua desacompanhados à noite; demissão de dois mil policiais suspeitos de envolvimento em corrupção, entre outros. Foram criados ainda outros projetos, como a Casa da Justiça, que funciona na periferia. Este projeto ajuda os moradores a resolver problemas civis, profissionais e familiares, desafogando a Justiça e criando um conceito de cidadania. Foi a cultura, portanto, que serviu com um acelerador social no primeiro governo da reforma na Segurança Pública.

Dentre as razões que Acero considerou como importantes para o decréscimo do número de óbitos, ele destacou as seguintes: i) autonomia das prefeituras para agir constitucionalmente e legalmente sobre a segurança pública na região; ii) sistema de comunicação e bases de dados eficiente; iii) maior participação dos cidadãos frente aos resultados obtidos; iv) atividades preventivas e coercitivas; v) e por fim, metas para melhoramento da convivência na sociedade.

Antanas Mockus, prefeito de Bogotá e Hugo Acero, Subsecretário de Convivência e de Segurança Pública da capital, formalizaram um projeto intitulado como Programa Cultura Cidadã, em 1995, que proporcionou benefícios e novas atitudes que favoreceram o combate ao crime. Dentre várias atitudes tomadas, destacam-se as seguintes:

1. **Gestão institucional do tema por parte do município:** Em Bogotá, a partir de 1995, foi instituído que o município era quem seria o responsável por cuidar da segurança pública da região. Essa ação foi importante porque fez com que novos projetos que eram necessários para aquela região pudessem ser implantados. Além disso, todo trimestre eram realizadas reuniões entre conselheiros, comandantes de polícia, governos e outros órgãos como Secretarias de Saúde, Educação, Trânsito, Cultura e Turismo. Como pautas destas reuniões, as ações para o combate ao crime, eram as que se destacavam.
2. **Informação confiável.** Para que os encontros trimestrais pudessem ter um embasamento teórico maior sobre o tema, criou-se o Sistema Unificado de Informação de Violência e Delinquência (SUIVD), que apresenta informações da Polícia Metropolitana e do Instituto Nacional de Medicina Legal. Esses relatórios eram de suma importância pois mostravam qual o caminho que os governos deveriam seguir, ou seja, quais as ações deveriam ser tomadas para que o objetivo principal fosse alcançado.

3. **Justiça próxima do cidadão.** Como parte desse projeto, foram criados, também, programas de justiça alternativa. Dentre algumas características desses programas, destacam-se as seguintes: melhora e aumento das Delegacias de Família, que passaram de 5 em 1995 para 20, em 2004; capacitação de cerca de 2700 líderes comunitários, 680 mediadores, 450 conciliadores, 103 juízes de paz e 33 juízes de 2ª instância, entre outros.
4. **Recuperação do espaço público.** Os espaços públicos que estavam deteriorados ou que serviam de ponto de encontro para o tráfico de drogas, foram recuperadas e no lugar foram feitos parques, área de lazer e esporte, alamedas, escolas, tudo isso para que a população pudesse usar esses espaços de uma maneira mais agradável. Além de melhorar a segurança no local, essa atitude também contribuiu para fortalecer e melhorar o meio-ambiente da localidade. Para o Subsecretário Hugo Acero democracia é fortalecida através dessa inter-relação entre os indivíduos. Por isso, alguns eventos como o Rock no Parque, o Jazz no Parque, os festivais latino-americanos de teatro e cinema, e o festival de verão, começam a serem realizados nestes pontos de encontro da população.
5. **Atenção à população deslocada de suas residências pela violência.** Com o objetivo de ajudar as famílias afetadas pelo crime, o governo, no ano de 1999 criou a Unidade de Atenção Integral à População, que tinha como principal meta, recolocar nestas famílias as condições de vida e proporciona-lhes a possibilidade de desenvolvimento pessoal e social destas pessoas afetadas pelo crime.
6. **Fortalecimento da Polícia Metropolitana.** Esse ponto é importante destacar porque mostra que mais importante do que aumentar o quadro de efetivos de policiais, é necessário priorizar o capital humano. Como comparativo de investimento, de 1992-1994, as despesas com a segurança pública foram de 12.157 milhões de pesos para 49.533 milhões, de 1995-1997. Já de 1998-2000 o investimento foi ainda maior, 116.107 milhões. Por fim, no último governo de Antanas Mockus (2001-2003), o investimento foi de 111.605 milhões de pesos. Quanto ao efetivo de policiais, em 1995, Bogotá contava com 10500 policiais, já em 2003, essa quantidade foi reduzida para 10320. Enquanto isso, como já foi observado anteriormente, as taxas de homicídios só caíram, o que prova que um aumento na quantidade de policiais não necessariamente significa uma redução da taxa de criminalidade. O que o governo fez neste ponto, foi dar maior infraestrutura para os policiais e trazê-los para uma proximidade maior com a comunidade.

7. **Participação comunitária.** Em 1995 criaram-se programas sociais que pudessem envolver mais a comunidade nesse projeto específico do governo. As Escolas de Segurança Cidadã, que serviram para capacitar os líderes comunitários e as Frentes Locais de Segurança, instituições que buscavam aumentar a relação e melhorar a convivência entre vizinhos em uma determinada região, são exemplos de órgãos criados cujo objetivo principal era colocar a comunidade a ajudar nesse propósito de reduzir a criminalidade na cidade de Bogotá.
8. **Zonas Seguras.** Essas ditas Zonas Seguras eram localidades escolhidas propositalmente, onde geralmente eram áreas comerciais, nas quais a polícia ficava de forma permanente no local para fazer a proteção. Havia sempre uma unidade fixa e outra unidade móvel para atender os pedidos da comunidade em geral.
9. **Boletim de Violência e Delinquência:** com a ajuda de diversas instituições, o governo começou a apresentar relatórios trimestrais sobre os dados da criminalidade, como estava o crescimento do crime, quantas mortes haviam acontecido no período analisado, entre outras informações. Estes relatórios serviram como base de dados que era sempre apresentados nas reuniões para a fundamentação das atitudes que precisavam ser tomadas para que o objetivo pretendido fosse alcançado.
10. **Lei Zanahoria:** Essa lei surgiu da relação existente entre o consumo de álcool e drogas com a criminalidade. Em 1995, foi verificado que 49% dos mortos em acidentes de trânsito, 33% dos homicídios com armas de fogo, 49% dos homicídios com armas perfuro-cortantes, 35% dos suicídios e 10% das mortes acidentais apresentaram uma correlação com elevadas concentrações de álcool no sangue das vítimas e dos criminosos. Por isso, para conter essa situação, o governo determinou que após 1:00h da madrugada, as tabacarias e estabelecimentos noturnos de diversão que vendiam bebidas deveriam ser fechados. Além disso, a mídia contribuiu fazendo propagandas que ajudaram a fortalecer a regulação exercida pelos cidadãos. Depois dessa lei, se observou que os homicídios nos quais existia associação com o consumo de álcool diminuíram 9,5% em 1995. Esse decréscimo verificou-se, também, nos dois próximos anos. Em 1996, 26,7% dos homicídios regrediram em relação a 1995 e em 1997, diminuiu 15% em relação a 1996.
11. **Plano de Desarmamento:** Outra atitude tomada pelo governo foi a restrição do porte de arma, em 1996 e a consequente proibição do porte de arma em 2007.
12. **Policiais formadores de cidadãos:** Essa mudança teve como objetivo principal proporcionar e melhorar a relação entre a polícia e os cidadãos. Por isso, cerca de

4.750 policiais fizeram minicursos com duração de um mês com temas que vão desde mediação de conflitos a inglês e pedagogia.

13. **Polícia Comunitária:** Outra ação do governo para estreitar a relação entre polícia e população e devolver a cultura de uma polícia protetora dentro da comunidade, foi a criação da Polícia Comunitária, a qual mantém uma inter-relação com a população local através do trabalho em conjunto da polícia fazendo a ação repressiva e a sociedade, através de seus líderes comunitários, promovendo a manutenção das ações policiais.
14. **Atenção a jovens envolvidos com casos de violência e o consumo de drogas:** Além da penalização do crime, o governo também trabalhou forte em cima da prevenção da criminalidade. Em 1998, criou-se um projeto voltado para a juventude, no qual 20.000 jovens foram inscritos. Dentre outras opções que o programa oferecia, algumas são: ocupação do tempo livre, alternativas para a geração de renda por meio de atividades legais, curso de segundo grau curto com ênfase em convivência, para jovens pertencentes a quadrilhas e em processo de reinserção, formação para o trabalho, desenvolvimento de hábitos e competências básicas, atividades culturais, entre outros.
15. **“Vacinação Contra a Violência”:** Esse trabalho consistia em deixar uma opção de caminho alternativo para as pessoas que alguma vez já sofreram alguma violência exacerbada ou que quisesse ajuda para não cometer violência. O programa foi desenvolvido para pessoas que gostariam de se “vacinar” contra a violência. Esse trabalho era acompanhado sempre por um psicólogo ou psiquiatra e uma das formas que foram colocadas para extrair a raiva de dentro da pessoa, era descarregar, verbal ou fisicamente, esse sentimento num boneco ou saco de pancadas.
16. **Combate à corrupção policial:** Outro fator importante a ser destacado, já que no Brasil, infelizmente acontece em demasia, é a questão da corrupção entre os policiais. Em Bogotá, cerca de 2 mil policiais foram demitidos em decorrência de estarem envolvidos com corrupção. O fato de haver uma punição para este tipo de ato é de extrema importância porque coloca na justiça maior credibilidade e acaba por forçar a instituição investigada, no caso a polícia, a trabalhar de forma justa e honesta.

No entanto, para que haja eficiência em todo esse processo, é necessário um investimento forte por parte do governo. Em Bogotá, enquanto de 1987 a 1990 se gastou US\$ 10 milhões em segurança pública, de 2004 a 2007, foram gastos US\$ 150 milhões. É necessário, portanto, priorizar a segurança e a educação. Conforme palavras de Acero: “É um

problema econômico. Sem isso, não há emprego, não há investimento, não há bem-estar” (ACERO, 1995, s. p.).

Quando perguntado sobre o caso do Brasil e a sua má distribuição de renda, Acero diz que, assim como na Colômbia, não se deve esperar que se acabe com a pobreza para então garantir a segurança. Tanto a segurança quanto a pobreza devem ser trabalhadas ao mesmo tempo. São necessários, acima de tudo, políticas de Estado, não de governo.

Acero (1995) considera importante analisar a violência na família. O maltrato infantil faz com que a criança, ao crescer com uma violência exacerbada dentro de casa, exerça, muito provavelmente, violência quando chegar a sua fase de jovem e adulto. É preciso, portanto, antes de combater a pobreza, mudar as ideologias de uma sociedade. E, é claro, isso não é fácil. Por isso, é necessário que essas políticas não dependam de um governo específico e sim do Estado. Em uma família bem estruturada, na qual os pais educam corretamente seus filhos, a probabilidade de a criança entrar para o mundo do crime, é baixa. Agora, uma família desregrada, sem impor limites e padrões éticos e morais de comportamento, tende a futuramente colher maus frutos dessa displicência.

Por fim, para que se obtenha sucesso nessa proposta que está sendo apresentada, segundo Acero (1995), é necessário fortalecer o capital social e organizar as comunidades.

Cada instituição realizou, em sua área, o que lhe cabia: os prefeitos assumiram sua responsabilidade, envolveram as instituições do Distrito, designaram recursos necessários e desenvolveram programas preventivos; a Polícia Metropolitana realizou suas atividades, cumpriu as metas acordadas e, com seu trabalho próximo à comunidade, melhorou sua imagem; a Procuradoria Geral da Nação contribuiu para a melhoria das atividades de investigação e para a ampliação da Justiça; o Departamento Administrativo da Segurança, por meio de suas atividades de inteligência e de polícia judiciária, que executou até o ano de 2002, contribuiu para evitar muitos atos delitivos; o acionamento da XIII Brigada reduziu, substancialmente, a ameaça das guerrilhas sobre Bogotá e sobre o Departamento de Cundinamarca. Em termos gerais, os avanços devem-se a um trabalho coordenado que soube balancear as ações preventivas e as ações coercitivas em face dos preceitos do Estado de Direito colombiano (VELASQUEZ, 2004, p. 204)

Como a experiência local em Bogotá deu certo, foi criado, em 2004, o Programa “Departamentos e Municípios Seguros”, o qual tinha como objetivo fortalecer os municípios colombianos, utilizando as técnicas usadas em Bogotá para melhorar a convivência e segurança cidadã no país.

Resumindo tudo o que foi dito até agora, pode-se destacar:

- a) Quanto à gestão da segurança pública, o governo colombiano verificou que foi melhor dar autonomia para as Administrações Distritais, ou seja, as prefeituras. Dessa forma, cada município, sabendo da necessidade real da comunidade local,

pode implementar os programas de combate à criminalidade condizentes à realidade da região. Dessa forma, prefeitura, polícia e sociedade num modo geral, conseguiram estancar o nível de criminalidade. Em relação a esse aspecto, portanto, é necessário definir com exatidão as funções que cada órgão deve desempenhar e, juntamente com relatórios periódicos de evolução do problema, encontrar soluções práticas para que o objetivo seja alcançado.

- b) Além de saber o que deve ser feito, é preciso recursos financeiros para que os programas criados na teoria possam ser colocados em prática. Esse recurso, então, deve vir tanto dos cofres públicos, quanto de parcerias com a iniciativa privada, outros órgãos financeiros mundiais ou até mesmo através de imposto. O importante é que esses recursos sejam utilizados da forma correta e com muita transparência. O foco, portanto, devem ser as campanhas de prevenção e o fortalecimento do sistema de recuperação de jovens e adolescentes.

Velasquez ainda diz que

A necessidade de que as autoridades locais assumam suas responsabilidades sobre o tema e a necessidade de gestão das problemáticas de segurança cidadã a partir de uma perspectiva civilista que garanta que os cidadãos sejam o centro das preocupações na matéria e que apenas atendendo às necessidades e demandas dos mesmos, de forma integral, serão alcançados altos níveis de institucionalização e eficiência na matéria (VELASQUEZ, 2004, p. 221).

Por fim, a Colômbia mostrou que mais do que aumentar o aparelho repressor do crime, representado pela polícia, é necessário investir em eventos culturais, incentivar o ensino, promover maior integração entre os cidadãos, enfim, investir na prevenção da criminalidade. E, ao invés de existirem polícias governamentais, que em muitas vezes estão mais preocupadas com o governo vigente e interesses de partidos políticos do que com a segurança cidadã, mostrou-se na Colômbia, principalmente em Bogotá, que as polícias devem ser estatais e descentralizadas a fim de sanar ou reduzir os problemas de segurança pública na comunidade.

5.2 Experiências brasileiras

Segundo o Estudo Global de Homicídios 2011, do Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime (Unodc), o Brasil registrou, em 2010, 43.909 assassinatos, se transformando no país com a maior quantidade de homicídios do mundo. Entretanto, verificando os números

relativos, o Brasil é o terceiro da América do Sul, considerando a taxa de homicídios para cada 100 mil habitantes.

Quando a análise é dividida por estados, vê-se uma diferença muito grande entre os mesmos. Em São Paulo, por exemplo, há uma década, registrou-se uma taxa de 120 homicídios para cada 100 mil habitantes. No Rio de Janeiro, a taxa foi de 105 mortes para cada 100 mil habitantes. Nesse estudo feito pela Unodc em 2011, São Paulo apresentou 40 óbitos para cada 100 mil pessoas. No Rio de Janeiro, no entanto, a taxa de homicídios praticamente não se alterou, registrando, em 2010, 100 homicídios para cada 100 mil habitantes.

Já em Santa Catarina, segundo estudo realizado pelo Grupo RBS em 2011, a taxa de homicídio elevou-se 0,6 por dia, passando de 2,4 homicídios para 3/dia. Com isso, segundo a média, a cada oito horas, uma pessoa é vítima de homicídio no estado catarinense.

Conforme Stüpp (2011), no estado de Santa Catarina, o crescimento da taxa de homicídios entre os adolescentes, nos anos de 2009 até 2011 é muito preocupante. Segundo ele, em 2009, a taxa de homicídios praticados por adolescentes era de um em cada 10 casos. Já em 2011, a taxa passou para um em cada seis. Em 2 anos, a quantidade de assassinatos cometidos por adolescentes entre 12 a 17 anos aumentou 61%. Além disso, a taxa de envolvimento de adolescentes com o tráfico de drogas aumentou 171% de 2009 até 2011.

O que preocupa ainda mais, segundo Stüpp (2011), é a razão para a realização dos crimes. O primeiro suspeito de influenciador do crime, para a polícia, é o tráfico de drogas. Entretanto, conforme descrito pelo autor, a principal razão para que o cidadão cometa um crime, são as brigas e discussões, ou seja, motivos emocionais.

Diante desse histórico, estudiosos e pesquisadores sobre o tema demonstram a necessidade de novas políticas públicas voltadas para a prevenção da criminalidade no estado.

5.2.1 Operação Bares

Segunda Moura, em 2010, realizou-se um estudo sobre a “Operação Bares”, programa realizado em São Paulo com o objetivo de diminuir o índice de homicídios relacionados com o consumo de bebidas alcoólicas. Através do programa, a subprefeitura de São Paulo em conjunto com o Ministério Público determinou o fechamento dos bares após as 22h.

O governo de São Paulo decidiu realizar este programa tendo em vista que, segundo Moura (2010), o gasto dos recursos públicos com ações repressivas só faz crescer a impunidade e não muda a realidade da violência urbana. Além disso, as ações repressivas não

modificam as causas do crime. Por isso, é melhor que haja uma busca mais pela prevenção do que pela repressão.

Segundo Moura (2010):

A estratégia repressiva de controle social no Brasil pode ser explicada pelo fato de a sociedade brasileira ser constituída de segmentos desiguais e complementares, em que as regras não são internalizadas pela população, mas sim aplicadas desigualmente aos diferentes segmentos da sociedade, mantendo a estrutura social. A administração deste paradoxo pelos organismos policiais e judiciais não procura fazer com que as regras sejam internalizadas para se tornarem universais, ao contrário, utiliza essas regras gerais de maneira particularizada, com estratégias repressivas para a manutenção da ordem (MOURA, 2010, p. 13).

Portanto, o que se viu em São Paulo, assim como em Bogotá, só que em proporções menores, foi uma ação conjunta entre o Estado e a sociedade visando formar políticas locais para diminuir o nível de homicídios na região.

Segundo Moura (2010), a Operação Bares foi um projeto elaborado pelo tenente-coronel Renato Aldarvis e baseava-se nas estatísticas policiais que apontavam uma associação entre a quantidade de jovens que morriam nos finais de semana e o consumo de álcool.

O cadastramento dos bares foi feito em conjunto com a subprefeitura de M'Boi Mirim, após a implementação do Pacto de Cidadania, em agosto de 2004. Após o cadastramento, o governo começou a incentivar a regularização dos bares.

Moura (2010) ainda diz que quanto à abordagem aos bares, as primeiras vezes eram de uma forma amistosa, ou seja, o governo tentava convencer os donos dos bares a aderirem ao projeto. Caso os proprietários dos bares continuassem a abrir seus estabelecimentos após as 22h, era tomada uma posição mais coercitiva por parte da subprefeitura.

Resumindo, o mecanismo de convencimento utilizado pela subprefeitura foi:

- 1ª abordagem: conversa amigável tentando mostrar a importância de se aderir ao pacto;
- 2ª abordagem: através da fiscalização, houve uma maior pressão por parte da subprefeitura para que os donos dos bares fechassem seus estabelecimentos após as 22h;
- 3ª abordagem: caso os estabelecimentos não fossem fechados conforme o combinado, o governo entrava com um processo administrativo para fechamento dos bares.

De acordo com Moura (2010), de novembro de 2004 até janeiro de 2005, houve uma diminuição de 34,1% na taxa de homicídios em relação ao mesmo período entre 2003 e 2004. Além, disso, Moura registra que de 2004 a 2006, foi verificado correlação de 61,9% entre a variação de homicídios e a existência ou não desta política em cada mês de 2001 a 2006.

Ainda segundo Moura (2010), quanto às funções que cada instituição desempenhou, ficou da seguinte forma: a Polícia Militar informava os órgãos públicos das necessidades

essenciais da região. A SABESP (Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo) ficou encarregada de aumentar a tubulação de esgotos e fazer a limpeza de córregos. Já a subprefeitura de M'Boi Mirim ficou encarregada de fazer a manutenção da iluminação pública. Além disso, o governo buscou diminuir o nível da evasão escolar incentivando os jovens a participarem de atividades extracurriculares, como aulas de música, computação, esportes, entre outras.

O Ministério Público também teve um papel importante neste processo de mudança, haja vista que o mesmo deixou de ter um caráter somente coercitivo para usar, também, a prevenção como foco de análise.

A atuação do MP em relação às políticas públicas se limitava ao controle dos atos administrativos comissivos ou omissivos que impediam a concretização de políticas públicas que constam na Constituição. Por isso sua ação na implementação efetiva de políticas públicas de prevenção a homicídios na zona sul de São Paulo é inovadora, pois o MP passa a atuar junto a órgãos públicos na defesa dos direitos sociais de maneira mais ativa e não apenas cobrando e responsabilizando-os por essas ações (MOURA, 2010, p. 27).

Segundo Moura (2010), entre as vantagens do projeto Operação Bares para os donos dos estabelecimentos, estavam:

- Possibilidade de regularização do alvará de funcionamento de seus estabelecimentos;
- Proximidade com os órgãos públicos que antes se encontravam praticamente inacessíveis; e
- Promoção da segurança pública na sociedade da qual eles fazem parte.

Já em relação aos pontos negativos, podem ser destacados os seguintes:

- A fiscalização sobre os bares e o receio destes em tomarem alguma punição caso não fechassem seus estabelecimentos após as 22h;
- Perda de parte da renda para os donos dos bares, já que a quantidade de vendas que acontece após as 22h, é grande.
- Era necessário que houvesse reuniões periódicas para que os donos dos bares fossem lembrados da importância do programa.

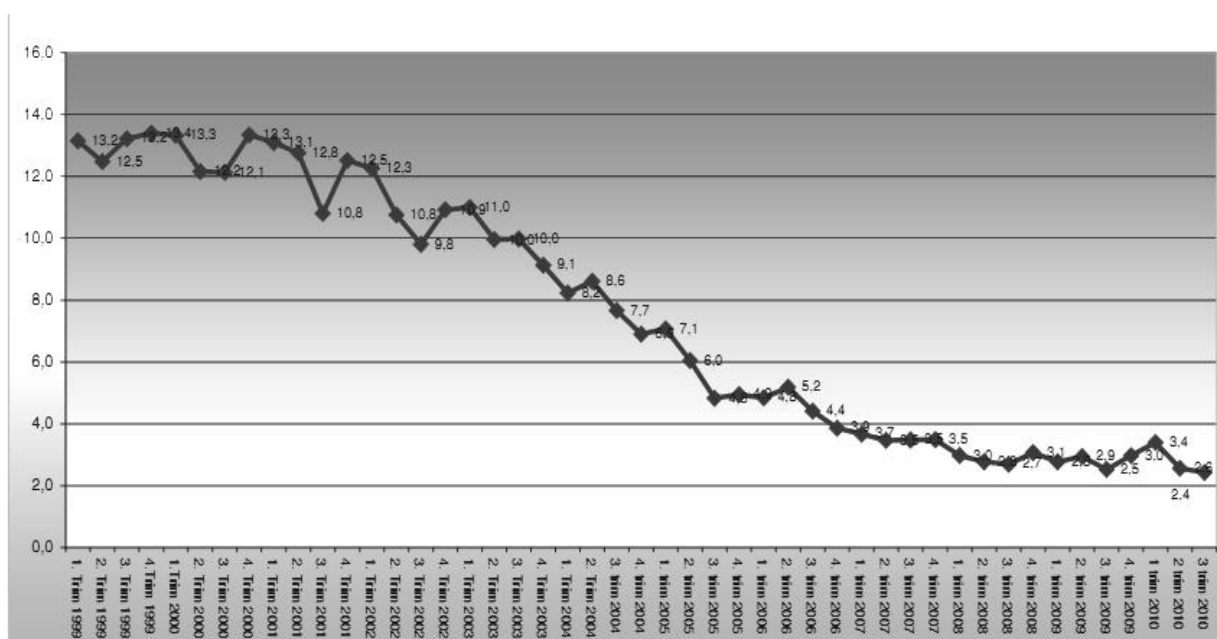
De acordo com Moura (2010), os resultados positivos obtidos com a Operação Bares foram satisfatórios devido a uma série de fatores que serão elencados a seguir:

- i. Os donos dos bares tinham consciência de que o projeto poderia ajudar a comunidade;
- ii. A promoção do direito à vida era altamente valorizada pelos participantes.
- iii. Como era menos custoso por parte dos bares aderirem ao pacto do que manter os estabelecimentos abertos após as 22hs, a aceitação ao programa foi satisfatória;
- iv. Houve transparência nas regras e as pessoas que estavam envolvidas no sistema, estavam colaborando;

- v. A estabilidade e a boa delimitação do grupo de participantes, junto com a articulação entre os participantes facilitaram o diálogo e a troca de informações necessárias que a ação fosse eficiente;
- vi. Os donos de bares estavam cientes de que estabelecimentos em situação irregular seriam fiscalizados pelos órgãos públicos, especialmente se deixassem de participar da operação.

Conforme mostra o gráfico 11, o município de São Paulo, na última década obteve um decréscimo muito grande no nível de homicídio. O gráfico mostra a queda do número de homicídios desde 1999 até 2010. É claro que esse decréscimo não se deve exclusivamente à Operação Bares, mas com certeza esse programa contribuiu para que isso acontecesse.

Gráfico 11 – Homicídios dolosos no município de São Paulo de 1999 a 2010. Taxas trimestrais por 100 mil habitantes



Apud Coordenadoria de Análise e Planejamento da Secretaria Municipal de Segurança Urbana de São Paulo – CAP/SMSU (2011, p. 2)

Como a experiência da Operação Bares em São Paulo gerou resultados positivos, outros estados brasileiros também começaram a aderir ao programa. Um exemplo disso é o município de Camboriú, em Santa Catarina. Segundo Auth (2011), após a implantação do sistema na cidade, ocorreram os mesmos problemas que em São Paulo. Enquanto para a sociedade, o Programa Operação Bares é sinônimo de segurança, para os comerciantes que devem fechar as portas após as 22hs, o programa é sinônimo de prejuízo. No entanto, mesmo com as reclamações dos donos dos bares, o Ministério Público não abriu mão do projeto e determinou que os bares fossem fechados após as 22h.

Segundo reportagem do Diário Catarinense (2011), na tentativa de conter a quantidade exorbitante de homicídios que a cidade de Camboriú registrou em 2011 (19 homicídios de Janeiro/2011 até Julho/2011, o equivalente a quantidade de homicídios em todo ano de 2010), a prefeitura, então, decidiu dar andamento ao projeto Operação Bares. E a população se mostra bastante contente com a ação do governo. Fabiana Angélica Alves, por exemplo, de 28 anos e mãe de um menino de cinco anos e grávida de seis meses, disse o seguinte: – Tem que impor limite. Já que ninguém fiscaliza os bares e outros locais que vendem bebida alcoólica, acho certo fechar às 22h.

Já entre os comerciantes, o principal problema é em relação às vendas que acontecem após as 19h. Joel Antônio Amaral, 56 anos, é proprietário de um bar e reclama do programa Operação Bares: – A gente ganha dinheiro depois das 19h. Quem vem aqui não é só marginal que não trabalha. Tenho muitos clientes que são pais de família e vêm para se divertir um pouco. Numa sexta ou sábado, quem vai para casa dormir às 22h? – reclama ao jornal.

Esse programa, porém, não é exclusividade do Brasil. Outros países no mundo já aderiram ou estão por aderir ao projeto. Além da Colômbia, a Rússia é outro exemplo de país que está se ajustando à proibição da venda de bebidas alcoólicas a partir das 23h.

5.2.2 Projetos sociais em Santa Catarina

Em Santa Catarina, mais especificamente em Florianópolis, desde aproximadamente 5 anos atrás, vem sendo desenvolvidos projetos sociais voltados à juventude. Esses projetos visam, através de incentivos à cultura e esporte e aumento nas oportunidades de emprego, dar uma perspectiva de vida diferente aos jovens das comunidades carentes, proporcionando-lhes um novo caminho que não seja o das drogas nem o do crime.

Segundo Schefer (2009) e conforme pesquisa realizada na cidade de Florianópolis, esses projetos foram desenvolvidos com o apoio do Governo Federal e os que mais se destacaram são os seguintes:

- **Consórcio Social da Juventude de Florianópolis – Aroeira:** o principal objetivo deste programa consiste em melhorar as qualificações escolar e profissional dos jovens (16 a 24 anos). O projeto estende-se a Grande Florianópolis e já ajudou, desde 2005, cerca de 3200 jovens, sendo que o percentual de evasão até 2008 foi de apenas 5,53%. Neste programa, o jovem recebe uma bolsa de R\$ 600,00/semestre para fazer os cursos oferecidos pelas instituições. Dentre outros cursos, existe a possibilidade de se fazer os cursos de: ética e cidadania; informática; educação ambiental ou até mesmo cursos profissionalizantes, como

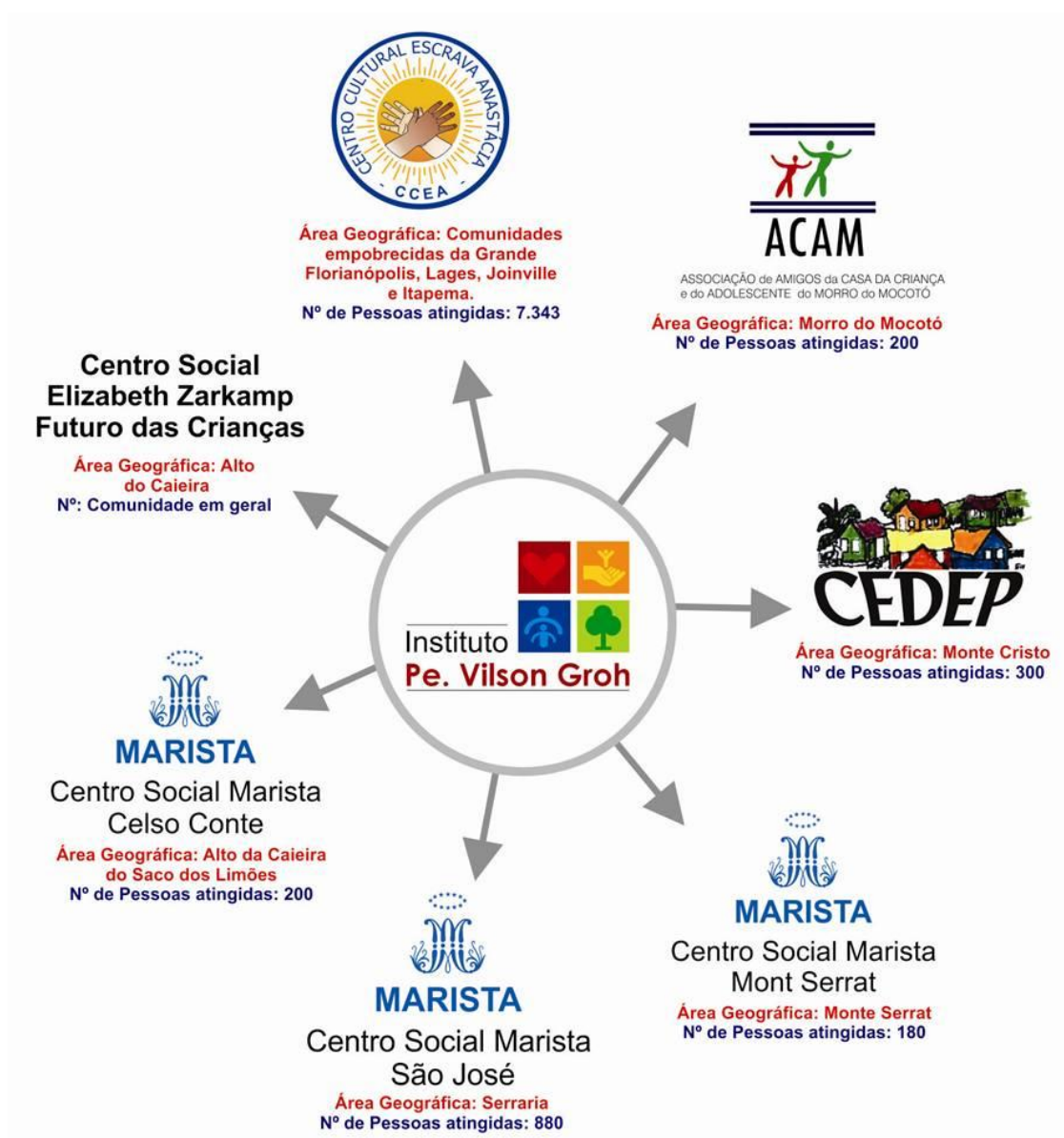
marcenaria e panificação. Após o término do curso, faz parte das metas desse programa, inserir esse jovem no mercado de trabalho. Como resultado positivo do projeto, no final da primeira edição (Dezembro de 2006), 28% dos jovens inscritos conseguiram empregos formais após o curso, sem contar estágios e empregos informais. Na 2ª edição (2007), esse percentual aumentou para 29,7% de empregos formais gerados. Por fim, na terceira edição (final de 2008 até Março de 2009), houve um aumento bastante considerável na quantidade de empregos formais. O resultado ficou em 79,3%. Quanto a estágios, foram gerados 1,91% e ainda foram gerados 18,79% de empregos informais.

- **Programa Aprendiz:** este programa atende jovens de 14 a 24 anos de comunidades carentes de Florianópolis para oferecer o primeiro emprego. A carga horária é de 20 horas semanais e tem duração de até 2 anos não prorrogáveis. Até 2009, 34 jovens estavam sendo atendidos pelo programa.
- **Esporte Aventura:** o principal objetivo deste projeto é fortalecer a inclusão social através de práticas esportivas gratuitas disponíveis à comunidade, tais como futebol, remo, voleibol, entre outros. Atende a Grande Florianópolis.
- **CEAV – Centro de Atendimento a Vítimas de Crimes:** esse programa foi iniciado em 2008 e abrange as cidades de Florianópolis, Joinville e Lages. A principal meta desse projeto é atender, tanto juridicamente quanto psicologicamente aquelas pessoas que foram vítimas de algum crime.
- **Casa da Criança:** atende 163 crianças e adolescentes em Florianópolis. Entre os objetivos do programa, estão o apoio pedagógico e oficinas de artesanato, esporte e lazer e cursos de informática.
- **O Bom Samaritano:** Outra instituição que é voltada para a ajuda dos jovens que estão envolvidos, principalmente com as drogas, em Florianópolis é o “O Bom Samaritano”. Segundo o site da instituição, a Sociedade de Assistência Social e Educacional O Bom Samaritano é uma Casa de Apoio Social, mais conhecida como Desafio Jovem. A instituição é vinculada à Igreja Evangélica Assembleia de Deus e atende atualmente 85 homens e 16 mulheres. Destes, a maioria são ex-drogados, mendigos, andarilhos e outros que andavam a margem da sociedade. Sobre a estrutura da Organização, existem duas chácaras mantidas por doações voluntárias e não há nenhum tipo de cobrança de mensalidade. A Casa aceita qualquer indivíduo que manifeste verdadeiro interesse em uma mudança de vida. Todos seguem uma rotina que envolve organização pessoal, terapia ocupacional, aconselhamento, oração e estudos bíblicos. No processo de tratamento

recebem alfabetização, encaminhamento para supletivo de ensino fundamental e médio, aulas de panificação, olaria, entalhamento em madeira, tricô, crochê e costura, dentre outras oficinas. A Olaria do Bom Samaritano, por exemplo, é uma das oficinas de terapia ocupacional disponibilizadas aos alunos que mais tem procura. Neste espaço são feitas verdadeiras obras de arte e os materiais vendidos geram recursos para a manutenção da instituição. Além disso, a Padaria, outra oficina oferecida àqueles que estão se recuperando, atende todo o consumo de pães no Desafio Jovem e é sempre supervisionada por um profissional. Além disso, oportuniza aos alunos aprender a profissão de panificador. Todos os alunos do Bom Samaritano interessados recebem encaminhamento para Supletivo de 1º e 2º graus. Aulas de reforço são ministradas por uma professora do município de São José e as provas são aplicadas anualmente na própria chácara pela Secretaria Municipal de Educação. Aqueles que já possuem o Ensino Médio são incentivados a ingressar na faculdade.

- **Instituto Pe. Vilson Groh:** Outro trabalho que vem sendo desenvolvido em Florianópolis há 30 anos e que tem dado resultado é o que o Instituto Pe. Vilson Groh vem fazendo. O referido Padre tem sido referência nacional por proporcionar diversas ações sociais e ajudado a mudar para melhor a vida de crianças, adolescentes, jovens e comunidades empobrecidas, construindo um processo de autonomia propondo políticas públicas com foco nas comunidades empobrecidas da Região da Grande Florianópolis e outras regiões de Santa Catarina. O resultado desse trabalho é o afastamento do mundo do tráfico e da violência dos jovens cuidados pela instituição. Segundo o site do Instituto, acessado em 07 de Novembro de 2011, como fruto deste trabalho de inclusão social e cidadania, mais de 3.600 jovens participaram dos cursos pré-vestibulares, 450 estão cursando universidades, 3.200 participaram de cursos de qualificação profissional nos últimos 5 anos e, cerca de 2.000 crianças, adolescentes e jovens participam de projetos sócio educativos, desenvolvendo atividades nas áreas de cultura, lazer e esporte, com apoio pedagógico e alimentação. Além disso, a equipe do Pe. Vilson trabalha com jovens em conflito com a lei, crianças e adolescentes em situação de abandono e violência, adolescentes e jovens envolvidos com o universo da criminalidade oferecendo-lhes oportunidades sociais e educativas para promover sua inclusão efetiva na sociedade. No entanto, o Instituto não trabalha sozinho. Como mostra a figura 2, diversas organizações são associadas ao Instituto e o ajudam nesta busca pela melhora da comunidade.

Figura 2 - Instituições que apoiam e ajudam o Instituto Pe Vilson Groh



Entretanto, o que se faz em Santa Catarina ainda é pouco. Segundo Ana Maria Blanco (presidente da criança e do adolescente da Ordem dos Advogados do Brasil), quando concedeu entrevista ao jornal Diário Catarinense em Outubro de 2011, disse o seguinte: “Não há políticas públicas, oferecendo-se oficinas e cursos profissionalizantes para esses jovens terem mais oportunidade” O fato de não haver ou haver poucas políticas públicas voltadas à prevenção da criminalidade, segundo Blanco, é um dos fatores para esse aumento da criminalidade entre jovens no estado catarinense.

Um exemplo que o jornal utiliza é sobre a casa São Lucas, fundada em São José, Santa Catarina e tinha por objetivo manter e tentar reabilitar os menores infratores. Porém, devido a problemas de infraestrutura, teve que ser destruído e ainda não foi arrumado nenhum outro local para colocar esses menores.

Entretanto, segundo Schefer (2009), mesmo com poucos projetos sociais e políticas públicas no estado quanto à prevenção e combate da criminalidade, alguns projetos tem se mantido. Para o Pe. Vilson Groh, faltam políticas públicas que estejam associadas aos interesses dos jovens. Se houvessem políticas assim, as chances de os jovens verem a vida de forma diferente, aumentariam. Conforme menciona o padre Vilson Groh: “Por trás do ato de violência existe um grito de socorro. Não se tem um sistema de garantia de direitos. Temos experiências de jovens que tiveram oportunidade de educação, lazer, cultura e saíram desse meio”.

6. CONCLUSÃO

Conforme observado no decorrer deste trabalho, estudar sobre a prevenção da criminalidade é essencial e muito importante, haja vista os exorbitantes números de homicídios que se apresentaram nas últimas décadas, principalmente entre os jovens. Só em 2008, a taxa de homicídios para jovens entre 14 a 24 anos foi de 52,9 óbitos para cada 100 mil habitantes, número extremamente alto quando comparado com outras regiões do mundo que possuem taxas bem menores. Sendo assim, apresentar novas ideias e realizar novas políticas públicas que visem estancar e diminuir a criminalidade é de suma importância.

Procurou-se saber neste trabalho monográfico quais as causas e indicadores de violência e criminalidade que se apresentam especialmente entre os jovens do Brasil. Além disso, através de experiências exitosas quanto ao combate ao crime, procurou-se apresentar alternativas que podem ser usadas no Brasil para que o objetivo proposto possa ser alcançado.

Sobre os resultados obtidos das análises feitas, pode-se extrair o seguinte:

1. Sobre o crescimento da criminalidade no país e as possíveis causas que levam uma pessoa a cometer um crime considerando as variáveis: renda, educação, idade e drogas:
 - Santa Catarina teve um acréscimo de 97,7% do número de homicídios na última década. Só em Florianópolis, entre 1998 e 2008 houve um acréscimo de 142,3% no número de homicídios. No Brasil, a criminalidade entre os jovens (14 a 24 anos) foi de 49,6 para 100 mil habitantes, em 1998, para 52,9 por mil habitantes, em 2008.
 - Em relação à educação, observou-se que a principal área que deve ser tratada de forma emergencial e com maior prioridade é em relação ao ensino fundamental, entre a 4ª e 8ª séries, já que, conforme demonstrado no decorrer da exposição deste trabalho, observou-se que é a que detém o maior percentual de adolescentes e jovens se iniciando no mundo do crime.
 - Outro fator importante quando se trata da criminalidade é a renda. Com relação aos homicídios não há uma associação direta entre o nível de pobreza e o aumento da taxa de homicídios. Ou seja, uma sociedade que possui altos níveis de miséria e pobreza, não necessariamente possui níveis altos de homicídios. O que mais influencia no aumento da criminalidade, neste caso, é a má distribuição de renda.
 - Sobre as drogas, mostrou-se que as mesmas são eficientes instrumentos para ajudar no aumento da criminalidade. Conforme relata Francisquinho (2008): “para sustentar o

vício, os indivíduos se predispõem a cometer crimes de motivação econômica, e na maioria das vezes, com violência por conta do uso da droga” (FRANCISQUINHO, 2008, p. 22).

2. Sobre a(s) experiência(s) quanto à prevenção e/ou combate ao crime na Colômbia e na cidade de São Paulo e a comparação dos dados com os do Brasil:

Alguns países, como a Colômbia, por exemplo, na última década, decidiram mudar suas políticas públicas de combate a criminalidade. Em Bogotá, capital colombiana, em 1990 registrou um total de 83 homicídios para cada cem mil pessoas. 10 anos depois, o índice foi para 34,8 homicídios para cada cem mil habitantes. E da última década em diante, este número vem decrescendo cada vez mais.

Quanto aos resultados obtidos na cidade de Bogotá, podem ser destacados os seguintes: i) diminuição do índice de homicídio: de 80 homicídios a cada 100.000 habitantes em 1993 para 23 em 2003, ii) redução dos óbitos por acidente de trânsito: de 25 a cada 100.000 habitantes em 1995 para 8,7 em 2003; e iii) decréscimos de outros delitos: entre 1998 e 2003, as demais infrações reduziram suas taxas em torno de 40%. Segundo Acero (2008), a ampliação substancial dos gastos com segurança foi marcante ao passe de 10 milhões de dólares no período 1987 a 1990 para até 15 vezes mais entre 2004 e 2007, passando o valor para 150 milhões de dólares.

No Brasil, embora ainda as políticas públicas voltadas à prevenção da criminalidade são muito deficitárias, alguns projetos para este fim vêm sendo realizados. A Operação Bares, em São Paulo, é um exemplo. Já em Santa Catarina, um dos trabalhos mais expressivos e de maior importância é o que é realizado pelo Instituto Pe. Vilson Groh.

3. Sugestão de alternativas para a prevenção da violência e criminalidade em Santa Catarina e no Brasil:

Para que os resultados pudessem ser alcançados na Colômbia, diversas mudanças tiveram que ser feitas. Sendo assim, serão elencadas a seguir, algumas atitudes tomadas pelos governos da capital colombiana. Essas atitudes e experiências servem, também, como alternativas para uma possível implantação das mesmas no Brasil:

- Devolver à população a confiança na Polícia. Se por um lado, em 1995, apenas 13% dos cidadãos confiavam na polícia, por outro lado, em 2001, aproximadamente 78% da população tinham confiança na instituição.
- Fazer mais parques públicos para aproximar o contato da população entre si;
- Fazer o fechamento mais cedo das casas noturnas, à uma hora da manhã;
- Programas de prevenção de acidentes de trânsito;
- Controle de condutores embriagados;
- Eficiente programa de desarmamento;
- Proibição do consumo de álcool em qualquer show público;
- Restrição de menores na rua desacompanhados à noite;
- Combate à corrupção na polícia;
- Autonomia das prefeituras para agir constitucionalmente e legalmente sobre a segurança pública na região;
- Sistema de comunicação e base de dados eficiente;
- Maior participação dos cidadãos frente aos resultados obtidos;
- Investimento em eventos culturais;
- Investimentos em escolas com estudo em período integral; entre outros

Os dados analisados e verificados nos diversos estudos não deixam dúvidas quanto à necessidade de focar novas políticas (e valores orçamentários) direcionados aos jovens, segmento mais atingido pela violência e criminalidade. Além disso, devemos nos espelhar nas experiências exitosas para logarmos vitórias nesta guerra que só faz crescer o número de vítimas na sociedade em particular entre os jovens.

REFERÊNCIAS

- ALVES, Ariel de Castro. **Educar para não encarcerar**. São Paulo, 2007
- AUTH, Patrícia. Repressão em Camboriú. **Diário Catarinense**. Camboriú/SC, 10/07/2011
- BITTELBRUN, Gabrielle. Menores x Crimes. **Diário Catarinense**. Florianópolis, 11/10/2011
- BITTENCOURT, Alaor Antônio; VIEIRA, Jadir. **S.O.S. Segurança Pública**. 1ª ed. Florianópolis, 2010
- CARVALHO, Giane Carmen Alves. Juventude e Políticas Públicas: dos impasses às necessidades básicas. In: MATOS, Kelma Socorro Lopes; ADAD, Shara Jane Holanda Costa (Org.). **Outras Imagens**. Fortaleza, UFC edições, 2006, p. 207-217
- CARVALHO, Nelson; CASTANHEIRA, Leila. **Relatório Bogotá-Colômbia**. Rio de Janeiro: Rio Estudos, 2001
- CASOY, Ilana. Sobre a Criminalidade Juvenil. **Revista Sociologia: Desafios da Segurança Pública**. São Paulo, ed. Escala, ano II, edição 31. Out/2010, p. 20-33
- CHALUB, Miguel; TELLES, Lisleux E. de Borba. Álcool, drogas e crime. **Revista Brasileira de Psiquiatria**, vol.28. São Paulo Out/2006
- EHRLICH, I. **Participation in Illegitimate Activities: A Theoretical and Empirical Investigation**. The Journal of Political Economy. Vol. 81, 521-565. 1973.
- FRANCISQUINHO, Sérgio; FREITAS, Solange Pinheiro. **A Influência das drogas na criminalidade**. Paraná: Universidade Estadual de Londrina, 2008
- GIL, Antônio Carlos. **Como Elaborar um Projeto de Pesquisa**. 3ª ed., São Paulo, Atlas. 1994
- HERKENHOFF, João Batista. **Crime – Tratamento sem prisão**. Porto Alegre, 2ª edição, 1995.
- LIMA, Renato Sérgio de *et al.* **Anuário do Fórum Brasileiro de Segurança Pública**. São Paulo, 2010
- LOCHNER, L.; MORETTI, E. **The effect of education on crime: evidence from prison inmates, arrests, and self-reports**. EUA, 2001 (NBER Working Paper, n. 8.605). Disponível em: <<http://www.nber.org/>>. Acesso em 20/09/2011
- LONNIE H. Athens. **The Creation of Dangerous Violent Criminals**. Illinois: University of Illinois Press, 1992
- LUHNOW, David; HAGERTY, James R. Violência leva empresas a rever planos para o México. **Valor Econômico**. São Paulo, caderno B, p.11, 17/12/2010

ME, Angela; BISOGNO, Enrico; MALBY, Steven (Org.). **2011 Global Study on Homicide**. UNODC, 2011

MOCKUS, Antanas; ACERO, Hugo. **Programa “Cultura Cidadã”**. Prefeitura de Bogotá, 1995

MONTEIRO, Felipe Mattos. **Violência letal e suas dimensões**: estudo das taxas de homicídios em Santa Catarina no período de 2002 a 2006. Originalmente apresentada como dissertação de pós-doutorado, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2009.

MORENO, Mário. **A Origem da Violência**. São Paulo, 2009

MOURA, Tatiana Whately de. **Política Pública de Prevenção de Homicídios e Alternativas de Ação Coletiva**. Rio de Janeiro, IPEA, 2010

NOVAES, R. Juventude, exclusão e inclusão social: aspectos e controvérsias de um debate em curso. In: FREITAS, Maria V. (Org.). **Políticas Públicas**: juventude em pauta. São Paulo: Cortez, 2003, p. 115-151.

O BOM SAMARITANO. Site Institucional. Disponível em <<http://www.obomsamaritano.com.br>>. Acesso em 07/11/2011

O EXEMPLO PAULISTA. Diário Catarinense. Florianópolis, 19 de Abril de 2011, Editorial

PEREIRA, Merval. Criminalidade x educação. **Jornal O Globo**. Rio de Janeiro, 09 de Julho de 2006

PIVA, Juliana Dal. Infância assassinada. **Revista ISTO É**, Rio de Janeiro, 23/09/2011

PRIBERAM. Dicionário on-line. Disponível em <<http://www.priberam.pt/dlpo/>>. Acesso em 27 de Junho de 2011

RESENDE, Joao Paulo; ANDRADE, Mônica Viegas. **Crime Social, Castigo Social**: Desigualdade de Renda e Taxas de Criminalidade nos Grandes Municípios Brasileiros. In: Est. Econ., São Paulo, V.41 – N.1, 2011, p.173-195

RODRIGUES, Rute I. *et al.* **Custo da Violência para o Sistema Público de Saúde no Brasil**. Brasília, IPEA, 2007

RONDON, Vinícius Velasco; ANDRADE, Mônica Viegas. Custo da Criminalidade em Belo Horizonte. **Revista de Economia**, Niterói (RJ), v.4, n. 2, jul./dez. 2003, p.223-259

SANTOS, Idenilton José Nascimento dos. **Prevenção, repressão e punição**. São Paulo, 2011

SANTOS, Juarez Cirino dos. **A criminologia radical**. Rio de Janeiro, 1981.

SCHEFER, Luiz Fernando Nieuwenhoff. **Descrição e Avaliação do Aroeira**: Consórcio Social da Juventude em suas três edições entre os anos de 2005 a 2008. Originalmente apresentado como Monografia, UDESC, Florianópolis, 2009

SILVA, José Graziano da. O rosto jovem da violência. **Valor Econômico**, 21/04/2007, caderno A, p.10

SILVA, Juari C. **A Macrocriminalidade**. São Paulo, 1980.

SOARES FILHO, A. M. *et al.* Análise da mortalidade por homicídio no Brasil: Epidemiologia e serviços de saúde. **Revista do sistema único de saúde no Brasil**, v. 16, n. 1. jan./mar. 2007.

SOARES, Orlando. **Prevenção e repressão da criminalidade**. Rio de Janeiro, Ed. Biblioteca Jurídica Freitas Bastos, 1983.

SOARES, Sergei Suarez Dillon. **Educação, um escudo contra o homicídio?** Brasília, IPEA, 2007

SOBRINHO, Maurício Firmino. **A educação formal básica como forma de prevenção e diminuição da criminalidade**. Originalmente apresentada como Monografia, UNIVALI, Itajaí, 2008

STÜPP, Rodrigo. Santa Catarina registra um homicídio a cada oito horas em 2011. **Diário Catarinense**, 05/02/2011. Caderno Polícia

TRISTE LIDERANÇA. **Diário Catarinense**. Florianópolis, out/2011. Editorial

UCHOA, Rodrigo. Last call for alcohol. **Valor Econômico**, 07/07/2011

VELASQUEZ, Hugo Acero. **Os Governos Locais e a Segurança Cidadã**. Bogotá, 2004, p.181-222

WASELFISZ, Julio Jacobo. **Mapa da Violência 2011**: Os jovens do Brasil. São Paulo, Instituto Sangari, Ministério da Justiça, 2011.

ZALUAR, Alba; NORONHA, José C. de; ALBUQUERQUE, Ceres. **Violência: pobreza ou fraqueza institucional?** Rio de Janeiro, Instituto de Medicina Social da Universidade Estadual do Rio de Janeiro, 1994.